

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**SER MILITAR EM ANGOLA: TERRITORIALIZAÇÃO E
MILITARIZAÇÃO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII**

ARIANE CARVALHO DA CRUZ

NOVA IGUAÇU
2011

ARIANE CARVALHO DA CRUZ

**SER MILITAR EM ANGOLA: TERRITORIALIZAÇÃO E
MILITARIZAÇÃO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII**

Monografia apresentada ao Programa de Graduação em História como requisito parcial para a obtenção do Título de Licenciado em História, do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Orientador:
Prof. Dr. Roberto Guedes Ferreira

**Nova Iguaçu
2011**

Ariane Carvalho da Cruz

Ser militar em Angola: territorialização e militarização na segunda metade do século XVIII

Monografia apresentada ao Programa de Graduação em História como requisito parcial para a obtenção do Título de Licenciado em História, do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Roberto Guedes Ferreira (Orientador)

Prof^ª. Dra. Mônica da Silva Ribeiro

Prof^ª. Dra. Mônica de Souza e Lima

RESUMO

O presente trabalho analisa a organização militar em Angola, na segunda metade do século XVIII, momento em que ocorreram grandes mudanças no vasto Império ultramarino português, relacionadas ao período pombalino. Pretendemos demonstrar que realizar um projeto reformista em Angola por meio da territorialização e militarização esbarrou nos direitos costumeiros africanos e também em forças políticas tradicionais. Analisar a organização militar neste território e as condições de seguir a carreira militar em Angola ajuda a compreender a impossibilidade de operar o projeto territorializante sem levar em conta a realidade local.

AGRADECIMENTOS

Para chegar ao fim dessa etapa contei com o apoio e estímulo de algumas pessoas e que nesse momento merecem muito meus agradecimentos. Sou grata a todos os professores da graduação que contribuíram para a minha formação acadêmica e pessoal. Os aprendizados que tive dentro dessa instituição muito contribuíram para as minhas escolhas e para ter cada vez mais a certeza de que não errei na minha escolha profissional.

Primeiramente, agradeço a meu orientador Prof. Dr. Roberto Guedes Ferreira, que acompanhou o meu desenvolvimento na pesquisa e que me apresentou a possibilidade de estudar a história da África, uma área que tanto me fascina. Nesses anos de pesquisa, posso dizer que tive um grande orientador que me acompanhou e ajudou em todos os momentos. Mais do que um orientador, tenho certeza que tenho um amigo para toda a vida.

Gostaria de agradecer também a professora Regina Wanderley, do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, que muito ajudou, com indicações e, principalmente, por possibilitar o acesso as fontes com que realizei este trabalho.

Ao apoio financeiro do CNPq e da FAPERJ, sem os quais seria difícil desenvolver essa pesquisa.

Agradeço as companheiras de projeto de pesquisa Ana, Gisele e Carol, que tanto ajudaram a mais nova “cativa”. A Carol, agradeço pela paciência por me ajudar nos meus primeiros passos no IHGB.

Agradeço aos amigos da faculdade, principalmente a Tatiana Castro, com quem tive muitas conversas, que acompanhou minhas superações, meus momentos de desespero, enfim, estando sempre ao meu lado como uma amiga que é.

Desejo expressar a minha infinita gratidão a minha mãe Alda da Costa, que, diante de tantas dificuldades da vida, nunca desistiu de me dar uma boa formação. Só tenho a agradecer a minha maior educadora que sempre me incentivou prosseguir. A minha irmã, Cintia Carvalho, que com seu sorriso de todos os dias, mesmo sem saber, impulsiona a minha caminhada.

E, por fim, ao meu querido Ricardo, que, ao longo desses anos, pôde acompanhar meu crescimento, que me ajudou sempre, à sua maneira, que compreendeu as minhas ausências, que esteve ao meu lado em todos os momentos.

Graças a todos vocês termino esse ciclo acadêmico acompanhado de grande crescimento pessoal.

SUMÁRIO

Agradecimentos	5
Sumário	6
Introdução	9
Capítulo I - Império português na segunda metade do século XVIII	13
Capítulo II - Os Militares e a territorialização em Angola	28
Capítulo III – Cargos (e) Militares em Angola	44
CONCLUSÃO	59
FONTES	62
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS	62
ANEXO 1	64
ANEXO 2	66
ANEXO 3	72
ANEXO 4	75

ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS

QUADROS

Quadro 1 - Posse de Escravos e Atividades Econômicas de Militares (Novo Redondo, 1797)	32
Quadro 2 – Pedidos e Confirmações de Patentes Militares em Angola (1785-1795)	46
Quadro 3 – Embarques de cativos na África Central Atlântica (1700-1800)	47
Quadro 4 – Postos Militares concedidos em Angola (1785-1795)	47
Quadro 5 – Cartas patentes concedidas por governadores de Angola (1753-1772)	48
Quadro 6 – Cartas patentes concedidas por governadores de Angola (1753-1772)	49
Quadro 7 – Locais contemplados nas cartas patentes (1753-1772)	50
Quadro 8 – Naturalidades dos ocupantes dos cargos (1753-1772)	51
Quadro 9 – Naturalidades dos ocupantes dos cargos no Governo de D. Antônio Álvares da Cunha (1753-1758)	52
Quadro 10 – Naturalidades dos ocupantes dos cargos no Governo de Antônio de Vasconcelos (1758-1761)	53
Quadro 11 – Naturalidades dos ocupantes dos cargos no Governo de D. Francisco Inocêncio de Souza Coutinho (1772)	53
Quadro 12 – Naturalidades dos ocupantes por local (Luanda e Angola) de exercício do cargo (1753-1772)	54
Quadro 13 - Naturalidades dos ocupantes por local (<i>hinterland</i>) de exercício do cargo (1753-1772)	55
Quadro 14 - Naturalidades dos ocupantes por local (<i>Benguela e distritos</i>) de exercício do cargo (1753-1772)	55
Quadro 15 – Cargos nomeados pelo Rei (1753-1772)	57

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Naturalidades dos ocupantes dos cargos (1753-1772)	51
Gráfico 2 - Naturalidades dos ocupantes dos cargos no Governo de D. Antônio Álvares da Cunha (1753-1758)	52
Gráfico 3 - Naturalidades dos ocupantes dos cargos no Governo de Antônio de Vasconcelos (1758-1761)	53

Gráfico 4 - Naturalidades dos ocupantes dos cargos no Governo de D. Francisco Inocêncio de Souza
Coutinho (1772) 54

Introdução

Este trabalho teve sua origem em pesquisas de iniciação científica realizadas com documentações administrativas de Angola para a segunda metade do século XVIII. Inicialmente, trabalhei com as *Notícias de Presídio*¹, um *corpus* documental que representava a preocupação da Coroa em conhecer melhor seus domínios. Neste primeiro trabalho busquei entender as diversas formas de hierarquias de cor entre os membros dos presídios analisados, mormente em Massangano². Com essa pesquisa percebi que muitas categorias sociais eram criadas para inserir os diversos agentes na estrutura do Império Português. A pergunta que sempre fazia era: quem são as pessoas que ocupam cargos importantes, que possuem bens, que participam ativamente do tráfico de escravos, dentre outros aspectos? As hierarquias de cor foram o caminho inicial para tentar entender como homens se organizavam e os critérios que as sociedades utilizavam para caracterizações de cor, entendida como qualidades.

A possibilidade de trabalhar com militares me trouxe a mesma curiosidade. Quem eram os homens que ocupam postos militares em Angola neste período? Neste trabalho busco compreender as formas de organização militar em Angola na segunda metade do século XVIII, considerando o contexto do Império português.

O período em questão é marcado por uma reestruturação política e administrativa, isto é, o início do reinado de D. José, em 1750, e a nomeação de seu ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, que se relacionam à propagação de ideais iluministas. A centralização administrativa é priorizada em contraposição à monarquia corporativa de Antigo Regime, mas, para além das rupturas e continuidades, é importante entender as apropriações locais das políticas existentes. O fato é que, neste período, as reformas ocorridas repercutiram nas várias partes do Império Ultramarino português, o que nos leva a tentar entender como essas mudanças repercutiram na África, tendo como foco a territorialização e, logo, a militarização.

Angola neste período é parte integrante do Império Português, ponto fundamental no funcionamento do tráfico de escravos e pode ser vista como um microcosmo social do Império, que congregou diferentes habitantes oriundos do reino, da América portuguesa e, evidentemente, da própria África. O peso do tráfico reorientou as políticas para as colônias, mas também o papel dos africanos nesse contexto.

¹ Presídio constitui-se como uma unidade político-administrativa com funções militares e comerciais, que servia como ponto de apoio para compra e venda de escravos. As notícias de presídio é um tipo de censo onde informam-se nomes, títulos, patentes, cores, propriedades, etc. dos moradores dos presídios e de sua jurisdição, isto é, abarcam súditos e aliados da Coroa portuguesa. Alude-se a atividades econômicas, a registros paroquiais de batismo, casamento e óbito, a autoridades políticas da jurisdição dos presídios, etc.

² Trata-se de minha participação no projeto *Cores da escravidão no Atlântico Sul de Língua portuguesa (1720-1850)*, coordenado pelo Professor Dr Roberto Guedes. O projeto é financiado pelo CNPq. Processo número 501526/2009-9.

A heterogeneidade dos habitantes pode ser vista na documentação analisada, sobretudo, no caso, a diversidade de pessoas que participam das tropas militares angolanas. É importante ressaltar que esses homens, além de militares, exerciam outros papéis, como a participação no tráfico de escravos. A preocupação com o tráfico de escravos também influenciou nas direções políticas da Coroa e nas políticas locais. As ações administrativas portuguesas se orientavam no sentido de solucionar os problemas existentes, como o da manutenção de seus territórios. Conhecer a realidade das colônias orientaria melhor as ações da Coroa, mas a reconfiguração proposta não possuía autonomia e tinha que contar com a participação dos africanos.

A leitura dos registros de cartas patentes³ e da obra de Elias Alexandre Corrêa da Silva Corrêa – nossas fontes principais – trouxe surpresas e reflexões sobre o exercício da carreira militar e sobre os homens que compunham as tropas militares. Carta patente é um *corpus* documental relativo à concessão de títulos, postos militares, patentes, mercês, obrigações, doações, etc. Possuem uma estrutura comum, quase invariável. Para trabalhar com essa documentação criamos um banco de dados com as seguintes informações: local da nomeação, nomeador, cargo do nomeador, agraciado, título do agraciado, se o agraciado já estava provido e por quem, a naturalidade, filiação, cargo para o qual é nomeado, cargos pretéritos, cargo atual, tempo de serviços anteriores, argumentos a favor da nomeação, atributos destacados do agraciado, nome do ocupante anterior do cargo, motivo pelo qual o ocupante anterior deixou o cargo, tempo que o agraciado deve exercer o posto, soldo, se possui honras e privilégios em função do cargo, data da nomeação, o local que vai exercer o cargo, observações. A partir desse banco, empreendemos uma abordagem quantitativa e qualitativa.

Por sua vez, Elias Alexandre Corrêa da Silva Corrêa, natural do Rio de Janeiro, era um militar que serviu em Santa Catarina. Foi alferes de infantaria de linha em Lisboa e, posteriormente, em 1782, aceitou ir para Angola. Era um militar instruído que se encarregou de escrever dois volumes da *História de Angola*.⁴ Por meio dessa obra podemos entender um pouco da realidade do serviço militar em Angola, apesar dos preconceitos e ambiguidades existentes em sua escrita.

Como complemento, utilizamos também documentos avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino e Notícias de Presídio.

³ Esses registros de carta patente se encontram depositadas no Arquivo Histórico de Angola, mas possuem cópias digitalizadas sob a guarda do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. A digitalização dessa documentação é parte do *Projeto Acervo Digital Brasil Angola* (PADAB).

⁴ CORRÊA, Elias Alexandre Corrêa da Silva. *História de Angola*, 2 vols., Lisboa, Coleção dos Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo, Série E – Império Africano, 1937. Nota prévia pp., VIII, IX, X

Com a leitura da bibliografia a respeito, sobretudo a obra de Catarina Madeira Santos, tivemos a impressão de que Angola, integrada a um amplo contexto do Império Português, possuía particularidades na sua dinâmica social, econômica e política. Aqui essas particularidades podem ser vistas na organização das tropas, na criação de cargos, bem como nos homens que ocupam os postos. Percebemos formas organização com critérios próprios, mas que eram reconhecidos pela Coroa.

O conceito de territorialização é aqui utilizado pela importância que os militares têm nesse processo, pois a tentativa de controle e continuidade do território contou com o apoio do grupo. A própria manutenção do tráfico dependia da territorialização.

Não deixamos de lado também a noção de Império Português, que apresenta a complexidade das diferentes realidades, sendo a África, neste período, uma importante parte desse quadro maior que consideramos, mas sem esquecer as especificidades locais.

A monografia está distribuída em três capítulos. O capítulo I analisa parte da historiografia referente ao período pombalino, principalmente no que diz respeito às reformas e às continuidades. Na segunda parte do capítulo, discutimos as medidas que essas reformas propuseram nas conquistas, sobretudo na África.

O capítulo II discorre sobre a territorialização em Angola e sobre a importância dos militares nesse contexto, especialmente, a organização militar, a participação dos africanos e as apropriações existentes. No terceiro capítulo, considerando os diferentes governos angolanos do período em questão, utilizamos as cartas patentes para analisar a composição das tropas, os postos militares, os locais de ocupação dos postos, dentre outros aspectos. No caso das cartas patentes, conduzimos a abordagem em três blocos, conforme os governadores D. Antônio Álvares da Cunha (1753-1758), Antônio de Vasconcelos (1758-1764) e D. Francisco Inocêncio de Souza Coutinho (1764-1772).

Assim, essa pesquisa pretende contribuir, mesmo que de forma modesta, para um melhor conhecimento da realidade africana neste período, aqui focada nos militares. Uma pequena contribuição dada a grande necessidade de estudos sobre Angola.

Capítulo I

Império português na segunda metade do século XVIII

A segunda metade do século XVIII foi um momento de grandes mudanças no vasto Império ultramarino português, relacionadas à propagação de ideais do movimento da Ilustração. D. José I torna-se rei em 1750 e nomeia Sebastião José de Carvalho e Melo como seu principal ministro. Sebastião José foi o principal responsável pela elaboração de diversas reformas políticas que repercutiram diretamente nos projetos para os domínios portugueses na África. Muitas análises foram feitas acerca do período josefino e, principalmente, sobre seu ministro, tornando as discussões conceituais intermináveis. Como afirma Mônica da Silva Ribeiro:

Trabalhar com o Antigo Regime europeu no século XVIII, e especialmente com o período pombalino, nos traz uma série de desafios. Um dos principais seria lidar com termos complexos como “Iluminismo”, “Ilustração”, “Luzes” e “despotismo esclarecido”, entre outros.⁵

É importante destacar que estes conceitos não serão discutidos neste trabalho. O que é necessário perceber diz respeito às transformações políticas que caracterizam o período. Tal como a autora faz em sua obra, o termo “pombalismo” será aqui utilizado apenas como um nome operativo e não como um conceito fechado. É preciso mencionar que Sebastião José de Carvalho e Melo, na maior parte das vezes, é referido como Marquês de Pombal, no entanto este título só foi recebido por ele em 1770. Antes disso, em 1759, era Conde de Oeiras.

Um dos grandes clássicos sobre a época pombalina é a obra de Francisco José Calazans Falcon, que apresenta um quadro sobre os aspectos econômicos, ideológicos e jurídicos da monarquia portuguesa da segunda metade do Setecentos.⁶ Segundo Falcon, os pressupostos da Ilustração estão representados no primado da razão e pelo caráter imutável da natureza humana. Cultura, progresso e civilização constituem as principais categorias de sensibilidade intelectual deste período. O autor afirma que o século XVIII é filosófico e não teológico e Portugal caracteriza-se como um pólo receptor dos ideais iluministas. O pensamento ilustrado começou a formular o conceito do que seria entendido por civilização, que se traduzia pelas palavras “policia” e “policidado”, contrapondo-se ao primitivo. Uma das características principais da sociedade portuguesa do ponto de vista político em meados do XVIII eram, segundo o autor, a estrutura

⁵ RIBEIRO, Mônica da Silva. “*Se faz preciso misturar o agro com o doce*”: A administração de Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e Centro Sul da América portuguesa (1748 - 1763). Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense/Instituto de Ciências Humanas e Filosofia: Niterói, 2010, p. 51.

⁶ FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina (Política Econômica e Monarquia Ilustrada)*. 2ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1993.

absolutista do poder monárquico e a hegemonia eclesiástica sobre a sociedade civil. A aristocracia de origem senhorial ainda se constituía a expressão das formas de dominação⁷.

No final do reinado de D. João V (1707-1750) ocorria um enfraquecimento da autoridade régia e era preciso reverter esse quadro, já que, em matéria militar, a ação portuguesa era defensiva. Havia uma grande deficiência nas tropas militares com a falta de armamentos, soldados e munições e, por isso, muitas vezes, era necessário pedir socorro aos ingleses. Nuno Gonçalo Monteiro afirma que a guerra revelava a fragilidade de Portugal e o exército era um reduto aristocrático difícil de controlar e de transformar em um dispositivo eficaz⁸. Uma das grandes ameaças era a perda de presença do Estado nos domínios ultramarinos, abrindo espaço para competidores e também para direções autonomistas. De acordo com o autor, Pombal e a generalidade da elite política portuguesa considerava as colônias como a base de riqueza da metrópole. Diante da obscuridade dos anos que antecederam a aclamação de D. José I, o que marcou a conjuntura do final do período joanino foram as incertezas. Não havia uma definição correta dos lugares institucionais de decisão política.⁹

Esse tempo de incertezas direcionou as escolhas de D. José I, escolhas estas que revelavam a intenção de romper com a situação preexistente. Daí ser dado um grande valor à educação, que era considerada como um dos instrumentos do pensamento ilustrado. Para isso, as escolas foram (re)formadas com a intenção de tornar indivíduos úteis ao governo.¹⁰ Com efeito, houve uma redefinição do campo de atuação do Estado, pois todos os setores sociais deveriam estar incluídos na esfera da soberania e nenhum obstáculo poderia ser posto a ela. A nomeação de Sebastião José situa-se no interior de uma conjuntura específica e é uma opção de caráter político. De acordo com Falcon, não havia um programa político definido, mas se fazia necessário certas opções políticas para frear as tendências desagregadoras do Estado.¹¹ Assim, a administração pombalina era dotada de uma lógica própria com racionalidade e coerência de ações.¹² Desse modo, destacou-se:

[...] a centralização da estrutura administrativa, a criação de uma burocracia leal e competente, a divisão das funções governativas entre agências subordinadas; vêm a seguir o ataque às jurisdições privadas e independentes, em geral de origem feudal, a codificação do direito ou a sua afirmação perante outras fontes de jurisprudência notadamente o direito canônico.¹³

⁷ Ibid., pp. 108, 119.

⁸ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. D. José: na sombra de Pombal. Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p. 200.

⁹ Ibid., pp. 372, 222, 59.

¹⁰ RIBEIRO, op. cit., p. 73.

¹¹ FALCON, op. cit., p. 374

¹² RIBEIRO, op. cit., p. 54.

¹³ Ibid., p. 134.

Os governantes para conseguir ordem, tranquilidade e segurança buscaram uma administração eficiente, polícia confiável, exércitos mais eficientes, dentre outras medidas.¹⁴ Segundo Mônica Ribeiro, “o período pombalino caracterizou-se por uma série de mudanças e reflexões teóricas de cunho racionalista, que infundiram em transformações práticas no dia-a-dia da política do governo luso”¹⁵.

A secularização também foi a base da ilustração e o alvo foi a hegemonia eclesiástica. Segundo Nuno Monteiro, muitos historiadores utilizam o termo iluminismo para caracterizar o movimento de ideias em Portugal, que estava se contrapondo a escolástica.¹⁶ Falcon afirma que o pombalismo se esforçou no sentido de suprimir privilégios, principalmente os do clero, tentando esvaziar os recursos financeiros do poderio eclesiástico. A Igreja possuía um papel dominante, participava da educação, da família, da informação e da cultura. Logo, o avanço da secularização refletia-se na política por meio da racionalização, mas o autor afirma que ainda nesse período o racional e irracional coexistem.

Ainda de acordo com Francisco Falcon, nem todas as transformações podem ser reduzidas a Pombal, pois os acontecimentos possuem uma realidade própria; no entanto, a importância de Sebastião não pode ser negada.¹⁷ Ao discutir a influência de Sebastião José de Carvalho e Mello, a historiografia se divide. Lúcio de Azevedo destaca que, desde os primeiros anos do reinado josefino, Pombal já possuía grande influência. Outros, como Kenneth Maxwell, afirmam que seu poder só se fortaleceu após o terremoto ocorrido em Lisboa em 1755.¹⁸ Segundo Maxwell, Pombal não foi um mero usurpador do poder real, uma vez que, apesar de ter exercido amplos poderes, sua força sempre dependeu do apoio do rei.¹⁹ Sebastião José fazia uma avaliação cuidadosa de vários fatores para implementar suas medidas. De acordo com Maxwell, “ele reconheceu que a arte de governar reside em avaliar o poder e as limitações tanto de amigos como de inimigos”²⁰. A abordagem deste autor demonstra que os interesses econômicos nortearam a política pombalina, sendo valorizada a atividade comercial. Por isso havia o enfrentamento com a nobreza, que era a favor de antigos métodos de exploração da terra.²¹ Esse tipo de avaliação de Pombal, orientada por imperativos econômicos, forneceu muitos meios de consolidação do seu poder.

¹⁴ FALCON, op. cit., 138.

¹⁵ RIBEIRO, op. cit., p. 51.

¹⁶ MONTEIRO, op. cit., p. 60

¹⁷ FALCON, op. cit., pp. 407, 423, 15, 98, 224.

¹⁸ MONTEIRO, op. cit., p.96.

¹⁹ MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 159.

²⁰ Ibid., p. 67.

²¹ Ibid., p. 79.

Por seu lado, Nuno Monteiro afirma que “Carvalho era já antes de 1755 o principal decisor político, mas estava longe de ter, no entanto, um controle total da situação”²². O terremoto criou condições para a mudança, houve alastramento da intervenção do poder central na sociedade e um fortalecimento do poder pessoal de Sebastião Carvalho, já que foi mérito do ministro um plano de reedificação: “O terremoto de 1755 inaugurou um autêntico terremoto político [...]”²³; terremoto político que se caracteriza pelo fortalecimento do Estado. Como já foi dito, almejava-se o fortalecimento do Estado e para isso havia a necessidade de romper com o poder eclesiástico e repreender setores da aristocracia²⁴.

Na primeira metade do XVIII, na Espanha e em Portugal, a difusão de novas ideias foi lenta, só ganhando impulso quando foi incorporada a ideologia oficial por meio do reformismo e do absolutismo ilustrado: “[...] as luzes pombalinas resultam ‘de uma ascensão política e de uma ação governativa despótica que tem por objetivo uma metamorfose racional e programática do país’”²⁵.

Junto, expressando e orientando tais mudanças, no reinado josefino o ministério pombalino produziu uma grande quantidade de leis, mas as reformas não são produtos diretos do iluminismo, apenas coincidem, conforme argumenta Nuno Monteiro²⁶. Desse modo, o autor realiza uma crítica a Kenneth Maxwell, que afirma que os métodos de repressão de Pombal não estavam de acordo com os princípios de tolerância do Iluminismo europeu, seria um paradoxo do iluminismo. Para Monteiro, o paradoxo pode ser tolerado caso se aceite que Pombal era um político das Luzes²⁷, ou seja, os modelos políticos pombalinos se constituem como experiências absolutistas do século XVII. Em suma, Pombal não era produto do Iluminismo, era um político do Barroco no século das Luzes²⁸.

Similarmente, Falcon realça que o Estado foi o agente reformador por excelência, mas nem sempre suas ações absolutistas se enquadram no sentido de uma prática ilustrada. A prática ilustrada do pombalismo “move-se entre hesitações e compromissos, adotando em geral uma atitude eclética sempre que se defrontam o ‘antigo’ e o ‘moderno’.”²⁹ Mesmo assim, para Falcon, não se pode negar a realidade histórica da chamada Ilustração pombalina, uma importante etapa reformista que

²² MONTEIRO, op. cit., p. 96.

²³ Ibid., p. 105.

²⁴ FALCON, op. cit., p. 226.

²⁵ Ibid., p. 317.

²⁶ MONTEIRO, op. cit., p. 209.

²⁷ Ibid., p. 286

²⁸ Ibid., p. 304, 325

²⁹ FALCON, op. cit., p. 445

iniciou “a aceleração de um processo secularizador, momento de ruptura, temperado pelos ecletismos de todos os matizes, com a tradição eclesiástica”³⁰.

Pelo exposto, o padrão tradicional de exercício do poder no império, que se caracterizava pela multiplicidade de instâncias, não foi totalmente modificado com as reformas pombalinas. O império ultramarino possui uma dimensão negociada e não se pode ignorar a “existências de redes imperiais, envolvendo uma teia de interesses múltiplos, mas onde se incluíam sempre atividades mercantis, governadores, elites locais, burocratas e negociantes”³¹. Um exemplo disso são as conexões diretas entre Brasil e Angola associadas ao tráfico de escravos controlados por negociantes, o que permitia uma acumulação autônoma das colônias³². Por isso, as reformas inovadoras permaneciam limitadas pela própria natureza do regime e pelas imbricações entre Brasil e Angola. Mas não se pode negar que no reinado de D. José se inaugura a intervenção reformadora e autoritária do Estado. As secretarias de Estado adquiriram uma maior centralidade na administração do período pombalino, ou seja, há uma ruptura com os principais conselhos da monarquia, as secretarias de Estado lhes retiraram a competência.³³ Nuno Monteiro sublinha que o rei não era passivo nas decisões políticas:

De tudo o que se disse, resulta que há traços conhecidos da personalidade de D. José que permitem afirmar que boa parte das opções políticas que em seu nome se fizeram, se não partiram da sua iniciativa, pelo menos contaram claramente com a sua conivência. As afinidades electivas com Sebastião José construíram-se em primeiro lugar, a partir de uma vontade explícita de romper com o anterior reinado pelo menos naqueles domínios relativamente aos quais o novo rei tinha uma clara vontade de contar com as práticas prevalecentes nos tempos de seu pai³⁴.

Segundo Monica da Silva Ribeiro, Pombal buscou formar uma rede de colaboradores para a sua administração e uma forte preocupação com o desenvolvimento intelectual e científico, mas da mesma forma que já havia no governo de D. João V. A instalação da Academia Real de História, ainda no reinado joanino, reflete as práticas da “razão de Estado”, pela qual importantes intelectuais refletiam sobre a dinâmica do Império português.³⁵ A prática administrativa de Pombal

³⁰ Ibid. p. 490

³¹ MONTEIRO, op. cit., p. 223.

³² Tais laços, transformados ao longo do tempo, remontam ao século XVII, como destacou ALENCASTRO, Luiz Filipe. *O Trato de Videntes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Para outros períodos, cf. FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. Séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995; FERREIRA, Roquinaldo do Amaral. *Transforming Atlantic Slaving: Trade, Warfare and Territorial Control in Angola, 1650-1800*. Tese de Doutorado. Los Angeles, University of California, 2003.

³³ Ibid., pp. 223, 241

³⁴ Ibid., p. 284.

³⁵ RIBEIRO, op. cit., pp. 55, 56

[...] esteve sempre ligada à escrita, às ideias existentes, baseando-se em uma explicitação discursiva, o que é fundamental para entendermos sua dinâmica política, visto que os discursos constituem-se em parte fundamental da ação.³⁶

Sebastião José também investigou as causas da decadência do comércio luso, o contrário do que ocorria em outras nações como a Inglaterra. Essa preocupação, segundo Ribeiro, demonstra a busca da racionalidade para o Império e a prática da “razão de Estado”. Destaca-se, já antes da ascensão de D. José, a crescente racionalidade econômica, política e administrativa no Império português, mas o ministro foi o responsável por importantes mudanças econômicas no reinado josefino. Algumas medidas deram liberdade comercial à África Oriental e, posteriormente, a África Ocidental. A já existente “razão de Estado” revestiu-se “de uma nova característica e pode passar do plano das ideias para a efetiva prática política da monarquia lusa, nos anos 1720-1730”³⁷. Para a autora, a criação da Academia Real de História foi essencial no que se refere à modificação de formas de pensamento no século XVIII, tanto no Reino, quanto nos domínios ultramarinos, há uma nova ótica administrativa e política, processo que continuou presente no período pombalino. Referente ao período anterior, é possível perceber uma continuidade na segunda metade do setecentos:

As principais ideias e formas de pensamento que permearam os anos pós-1750 foram desenvolvidas já a partir de 1720-1730, quando modificações efetivas no Império português tornaram possível a prática da ‘razão de Estado’ distinta daquela que já existia nos séculos anteriores³⁸.

Assim, essa racionalidade administrativa não é exclusiva do reinado josefino, mas Pombal se encarregou de aprofundá-la e torná-la mais perceptível. A composição das secretarias de Estado e a nomeação dos administradores ultramarinos refletem a forma como a Coroa portuguesa coordenara sua política. Buscou-se também maior eficiência econômica, o que, para a autora, era mais uma característica da “razão de Estado”³⁹. Consequentemente, houve uma reformulação nas relações entre a metrópole e suas colônias para lograr bons objetivos na economia e na política. Um exemplo disso é o investimento na indústria e agricultura, no que as colônias se desenvolveriam rapidamente. Não menos importante, a preocupação com a defesa territorial era fundamental. Desse modo, uma grande política populacional e de povoamento foi realizada nesse período.

³⁶ Ibid., p. 58.

³⁷ Ibid., p. 62.

³⁸ Ibid. p. 65.

³⁹ RIBEIRO, op. cit., p. 80.

Há que se fazer ponderações sobre a centralização administrativa. Até meados do XVIII não se podia falar de uma grande centralização administrativa, pois muitos locais usufruíam de grande autonomia e o controle lusitano não chegava em todos os locais desse vasto Império ultramarino. Disso parte uma discussão se houve rupturas ou continuidades no reinado de D. José I. Antonio Manuel Hespanha defende em sua obra que a inauguração de paradigma individualista a partir do período pombalino apresenta-se como uma ruptura com o período anterior⁴⁰. Nuno Monteiro afirma que as modificações foram graduais⁴¹. Monica Ribeiro destaca que houve grandes transformações e especificidades no período pombalino como a estabilização da “razão de Estado”, mas que muitas mudanças já ocorriam desde o período joanino⁴².

A análise de Heloísa Liberalli Bellotto sobre o Morgado de Mateus também nos trás discussões sobre o período pombalino. A autora afirma que Pombal tentava resolver uma crise na economia portuguesa da segunda metade do XVIII com o reforço do fisco e com o aumento do poder central. Belotto sintetiza as preocupações de Pombal da seguinte forma:

A luta seria no território português pela indústria, contra a mentalidade impregnada de jesuitismo, contra o domínio inglês no comércio externo, contra o abandono da terra. Na colônia, contra o desleixo do fisco, contra o contrabando e pelo incentivo à agricultura. Os fundamentos elementos fundamentais de sua obra concentram-se no fortalecimento do poder central.⁴³

No entanto, a autora demonstra que no meio colonial a administração portuguesa teria que se moldar a especificidades locais e a força local funcionou como dinamizadora da ação do governo. Ocorria um desajuste entre as ordens reais e a sua execução, já que o elemento local resistia à imposição de uma nova ordem, o que facilitava rumos autonomistas⁴⁴. O governo central era mal informado sobre a realidade das colônias e, muitas vezes, os administradores locais teriam que tomar providência antes das resoluções régias. Um dos grandes problemas, frequente na história dos Impérios, era “o cumprimento das ordens emanadas de um poder central distante e desconhecedor das condições reais do meio colonial”⁴⁵. Por isso, os grandes interesses de Pombal eram a defesa do território, a expansão econômica e o fortalecimento do poder real e suas instruções priorizavam também a militarização e a exploração territorial.

⁴⁰ HESPANHA Hespanha, Antônio M. , “O Corporativismo da segunda escolástica”, in: HESPANHA, A. M. (coord.), *História de Portugal Antigo Regime*. vol IV , Lisboa, Ed. Estampa, 1993.

⁴¹ MONTEIRO, op. cit.

⁴² RIBEIRO, op. cit. 89

⁴³ BELOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765 - 1775)*. São Paulo: Alameda, 2ª edição, 2007.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 9

⁴⁵ *Ibid.*, p. 118

* * *

Até meados do XVIII a matriz predominante nos diversos espaços do Império Português era a de Antigo Regime, onde a sociedade era pensada como organismo e que cada órgão possuía sua função. A unidade do Estado era representada pelo rei e este garantiria a harmonia do todo, fazendo uso da justiça sem suprimir a autonomia das outras partes do corpo social. Na África, isso pode ser visto a partir da organização territorial: “[...] o território é organizado através de presídios dispostos em rede e chefiados por capitães-mores, ao mesmo tempo agentes militares e juízes ordinários, com objectivos prioritariamente comerciais, isto é, o tráfico de escravos”⁴⁶. Baseada em Luís Felipe Thomaz, Ana Paula Wagner afirma que o Império Português, mesmo no período pombalino, pode ser caracterizado como uma rede, pois há uma “descontinuidade espacial”, uma “heterogeneidade das instituições” e uma “imprecisão de seus limites, tanto geográficos como jurídicos”⁴⁷.

Com a expansão ultramarina, a Coroa portuguesa tentou instalar seu poder nos lugares mais longínquos e muitos mecanismos foram criados para garantir a estabilidade desse empreendimento, visto que esse império ultramarino era caracterizado por grandes diferenças em diversos setores⁴⁸. A Coroa possuiu habilidade em adaptar instituições em seus domínios ultramarinos, dada a grande heterogeneidade e diversidade da natureza das instituições existentes nesses locais. A atuação do clero secular e das ordens religiosas foi um dos instrumentos utilizados pela Coroa para incorporar essa grande diversidade dos povos na América, Ásia e África. Participar da religião oficial não estabelecia uma igualdade, pelo contrário, a desigualdade provocava a inserção nas hierarquias existentes. Isso fazia parte das características do Antigo Regime, onde cada estado social ocupava sua posição correspondente. Assim, segundo Ana Paula Wagner, religião e poder constituíram-se um dos pilares do Império⁴⁹.

Contudo, no século XVIII, há uma reorientação da política portuguesa, a valorização do controle dos territórios ultrapassa em importância a valorização do controle das rotas marítimas: “[...] o Império Português assumia novas tendências, em que era necessária a efetivação da posse

⁴⁶ SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola. Reconfigurar dispositivos de domínio. (1750 - c.1800)*. Tese de Doutorado. Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: Lisboa, 2005, p. 12.

⁴⁷ WAGNER, Ana Paula. *População no Império Português: recenseamentos na África Oriental Portuguesa na segunda metade do século XVIII*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História: Curitiba, 2009, p. 20.

⁴⁸ *Ibid.*, p. 21.

⁴⁹ *Ibid.*, pp. 23, 26.

dos territórios, além da eficaz exploração e controle das riquezas nele existentes”⁵⁰. Neste período, emerge o valor da *policia* que se caracteriza como um projeto racional que buscava introduzir por meio de uma administração ativa uma nova forma de disciplina social, substituindo o valor da *justiça* próprio do Antigo Regime como modelador da ação política. As formas de organização e relacionamento tomam novos rumos, considerando as reformas e novas estratégias de controle político. Um exemplo disso diz respeito aos territórios americanos onde se tentava o enquadramento político da população em locais onde a presença do rei não era sentida.

Catarina Madeira Santos afirma que as reformas pombalinas pretendiam fazer das colônias o que deveriam ser, cabendo às metrópoles levar os povos locais a abandonar formas de vida tidas como bárbaras. No entanto, a política iluminista não impunha um modelo, pois não era possível ignorar as tradições coloniais. Nesse momento, as formas políticas e sociais estão desajustadas, coexistem homens formados no padrão do Antigo Regime e homens formados de acordo com novos valores.⁵¹ Nesse sentido, também em Angola a reconfiguração iluminista possuía autonomia. A autora afirma que Angola, no século XVIII, era:

[...] um espaço extremamente dinâmico, em construção e de fronteiras flexíveis, determinadas por razões militares, comerciais ou simplesmente culturais. A fronteira esta em constante construção obedece a avanços e recuos, causados por interesses convergentes entre a colônia e os poderes africanos, ou pelas guerras entre si⁵².

Na segunda metade do XVIII, alguns dispositivos legais foram utilizados na tentativa de ampliar a quantidade de vassallos, incluindo os habitantes locais nos diversos domínios ultramarinos⁵³. Isso fazia parte de uma política empreendida por Marques de Pombal, chamada de “política de cooptação de populações extra-europeias”⁵⁴. Assim, o período referente ao reinado de D. José I foi caracterizado por profundas mudanças na ordem política portuguesa. Como já foi dito anteriormente, visava-se uma melhor organização político-administrativa em todo o Império Português. No entanto, Ana Paula Wagner pondera que a ideia de um poder centralizado é problemática, pois o Império português possui diferentes espaços terrestres e por isso não havia como seguir uma única linha de ação nos territórios da Ásia, África e América⁵⁵.

⁵⁰ Ibid., p. 19.

⁵¹ SANTOS, op. cit., pp. 27, 26, 6, 10.

⁵² Ibid., p.29.

⁵³ WAGNER, op. cit. p. 20.

⁵⁴ Ibid., p. 30.

⁵⁵ Ibid., p. 37

A Coroa procurou encaminhar uma série de ações com o objetivo de reestruturar o Estado na segunda metade do século XVIII como a adoção de medidas que simplificassem, unificassem e codificassem as diversas áreas de atuação da Coroa⁵⁶, mas era preciso levar em conta também a grande heterogeneidade das conquistas ultramarinas, as dinâmicas locais e a própria complexidade administrativa.

Secretarias de estado, tribunais e conselhos constituíram importantes mecanismos para as dinâmicas estabelecidas entre o reino e as conquistas. Essa administração central encontrava sua expressão nos domínios ultramarinos por intermédio dos vice-reis, governadores de capitania e outras autoridades responsáveis pelo gerenciamento do grande número de territórios que integram o Império Português, estruturado numa complexa hierarquia de cargos e órgãos.⁵⁷

Conforme a autora, houve um distanciamento entre os objetivos do conjunto de reformas empreendidas no século XVIII e o resultado dessas ações. Limites foram impostos às ações administrativas, motivados pela distância entre o Reino e seus domínios ultramarinos, pela descentralização do poder que fazia parte da lógica do Império e também pelo problema das jurisdições mal definidas. Ou seja, as ações administrativas sofrem alterações em função das realidades locais. Como exemplo, a autora destaca a produção de recenseamentos em alguns territórios do Império (Moçambique e Rios de Sena), que fazia parte da necessidade, para a Coroa, em conhecer as condições materiais do Império para garantir a exploração de seus potenciais econômicos. Os levantamentos populacionais seriam um instrumento para tomadas de decisões administrativas que atendiam a fins religiosos, econômicos, militares, dentre outros⁵⁸.

Para Angola, Catarina Madeira Santos afirma que:

a inventariarão e quantificação dos homens, recursos naturais ou formas de propriedade dava sinal de que alguma coisa mudava nas concepções de administração, para conduzir a uma mais eficiente territorialização e interiorização da colonização em Angola⁵⁹.

Esse método fazia parte dos princípios Iluministas que valorizavam a razão e destacavam a utilidade social da ciência. Esses princípios eram colocados à disposição do Estado e do soberano:

Os recenseamentos portugueses também podem ser vistos como uma ferramenta para o ordenamento da população, no sentido de que se almejava instituir um tipo de organização e de disposição de recursos; acima de tudo, visava-se obter um aproveitamento racional das riquezas representadas pela abundância de homens.⁶⁰

⁵⁶ Ibid., p. 39.

⁵⁷ WAGNER, op. cit., p. 42.

⁵⁸ Ibid., pp. 47, 48.

⁵⁹ SANTOS, op. cit., p.254.

⁶⁰ WAGNER, op. cit., p. 259

Essas informações inventariadas eram úteis ao Estado no sentido de atender a preocupações fiscais, recrutar homens para o serviço das armas ou ainda sanar a falta de pessoas para o desenvolvimento de atividades agrícolas ou para ocupação territorial. Ou seja, a ideia era aproveitar de melhor forma os recursos disponíveis nos territórios.

Ana Paula Wagner salienta que, em Angola, havia a necessidade de homens que estivessem aptos ao exercício de atividades militares. Como exemplo, a autora menciona que, em 1772, o secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro, pediu ao governador de Angola, Antonio de Lencastre, informações sobre a população e o estado das guarnições dos presídios, fortes e fortalezas da região. Um dos objetivos era a utilização de recursos locais para a defesa. O procedimento de contagem deveria obedecer a certos critérios como a distinção entre os homens que fossem capazes de pegar em armas e os incapacitados. Segundo Wagner, o critério de seleção dos homens para o exercício de atividades militares variava de acordo com as especificidades locais. Outra finalidade para justificar o conhecimento da população por meio dos recenseamentos era o recrutamento de pessoas para obras públicas.

De forma sintética, é possível afirmar que, inicialmente, os recenseamentos foram utilizados com o objetivo de buscar informações sobre a população que lhe dessem a proporção da coleta de impostos e também para o recrutamento militar. Contudo, principalmente após as reformas, buscava-se uma administração estável com ações para a o encaminhamento das atividades econômicas e do bem-estar dos súditos⁶¹.

Catarina Madeira Santos dá grande destaque em sua obra ao fato de, no período pombalino, a administração em Angola caracterizar-se pela territorialização. Nesse período se procurou materializar um domínio efetivo. Por isso, o povoamento também era uma preocupação. O ponto de viragem na recepção das correntes de pensamento europeu também se faz presente em Angola, uma vez que tem início um movimento reformista. Militares e burocratas, formados com novos parâmetros, intervieram nesse processo. Apesar das particularidades existentes, o conjunto não deve deixar de ser pensado, pois as ações reformistas possuem um sentido comum. Polir e civilizar são os ditames para os termos da colonização⁶².

Catarina Santos defende que as medidas de Pombal em relação à Angola remetem a um projeto, pois as medidas legislativas possuem um sentido comum. Segundo a autora: “Administrar exige método e o método supõe o projeto e o projeto supõe a disponibilidade de informação sobre o

⁶¹ WAGNER, op. cit. pp. 261, 262, 282.

⁶² SANTOS, op. cit., pp. 19, 38

território que se quer administrar”⁶³. A polícia, a aritmética política e o racionalismo na administração são aparelhos conceituais que fazem parte do projeto que Pombal elaborou para Angola. Para além de um modelo universal de reformas em outros espaços ultramarinos, o que determina sua aplicação são as especificidades locais. Desse modo, os primeiros fundamentos para as reformas em Angola ocorreram com o governo de D. Antônio Álvares da Cunha (1753-1758). A grande preocupação deste governador foi a de inventariar informações principalmente as relacionadas aos recursos materiais. Por isso, estabeleceu conexões com africanos, capitães-mores dos presídios e com outras instâncias governativas de Luanda⁶⁴.

O tráfico de escravos esteve no centro das propostas. Com o crescimento do tráfico, a colonização no Brasil era viabilizada e o equilíbrio do Império era mantido. No entanto, o programa pombalino em Angola visou também transformá-la em uma colônia de povoamento e produção, até mesmo para conseguir manter o monopólio do tráfico de escravos. A preocupação com a ocupação dos territórios também ocorria pelas ameaças de ocupações estrangeiras. Há uma reavaliação das formas de domínio geradas pela pressão das potências europeias e pela emergência em Angola de poderes africanos. Eram os poderes africanos que demarcavam o território. A diversidade existente não impediu que o comércio se desenvolvesse entre as diferentes estruturas sociais desse vasto Império. Foi com o comércio de escravos que se processou uma reorganização territorial que viabilizava a participação dos africanos nas atividades comerciais. Por isso, vigiam ações de expansão territorial ou de revisão do estatuto das possessões ultramarinas⁶⁵. Até então, administração era pouco sólida, o exército era escasso e havia uma rede frágil de presídios e feiras percorridas por sertanejos europeus e africanos. Na verdade, não havia uma continuidade nas formas de presença nos territórios.

O que caracterizava a relação do Estado colonial com o território era o estado de rede que se apropriava da rede comercial existente e não dava valor político ao território. Catarina Madeira Santos afirma que o estado não é um espaço, mas uma rede, pois o território é descontínuo com relações políticas e comerciais pluralistas⁶⁶. Para a autora:

O Estado em rede, policentrado e juridicamente pluralista, capaz de integrar e fazer coexistir as concepções e usos sociais europeus do espaço com a circulação e a movimentação das populações e dos poderes políticos africanos, tem mais condições para prevalecer sobre o projeto de um Estado territorial, espacialmente contínuo, unitário do ponto de vista do domínio, e homogêneo no plano institucional e também jurídico.⁶⁷

⁶³ Ibid., p. 47.

⁶⁴ SANTOS, op. cit., pp. 49, 61

⁶⁵ Ibid., p. 114.

⁶⁶ Ibid., p. 118

⁶⁷ SANTOS, op. cit., p. 121.

Para os elaboradores do projeto reformador, os africanos não conheciam a noção de sociedade e dessa forma não possuíam conhecimentos sobre indústria, comércio, cultura, dentre outros. A população tornou-se um dos temas centrais, pois seria um dos principais instrumentos de colonização, de acordo com essa perspectiva. Assim, tornou-se uma constante em Angola a associação entre povoamento, territorialização e agricultura. Mas a homogeneidade pretendida nas orientações administrativas coloniais não estava de acordo com a heterogeneidade das práticas africanas, com a grande diversidade territorial e política ali existente. Desse modo, o poder colonial teria que se apropriar desse espaço africano.

Os regimentos, sobretudo de governadores, caracterizam-se como o principal documento que exprimia as diretrizes que a Coroa queria implementar, estabeleciam obrigações dos oficiais e levava em conta também os contextos locais, trabalhavam com conteúdos individualizados em cada área de atuação⁶⁸. As relações de vassalagem que formalmente instituía uma relação de sujeição dos estados africanos às autoridades portuguesas permitiam a integração de poderes locais sem que se fizesse o uso da força. Da mesma forma, ao estabelecer os tratados de vassalagem, o Estado português reconhecia as concepções políticas africanas⁶⁹. Logo, a circulação de poderes estruturava o espaço colonial, mas havia uma reavaliação dos usos africanos do território e também coloniais para, com isso, gerar a reconversão a um modelo de cidade polida. O que o governo pretendia, de forma pacífica, era a construção de um espaço territorialmente contínuo e com administração homogênea; daí, a necessidade de demarcar os caminhos. As obrigações dos autos de vassalagem garantiam a segurança do trânsito comercial⁷⁰.

Contudo, programa de instalação territorial em Angola possuía muitos limites pela extensão das terras, pelos costumes coloniais de Antigo Regime, pelas dificuldades de comunicação, dentre outros aspectos. É importante notar que o direito consuetudinário era criticado principalmente pelos reformadores, mas em Angola não havia como fugir do direito africano. Mas, como afirma Catarina Madeira Santos, até a década de 1780, a matriz de Antigo Regime ainda está presente na administração. Há uma grande tensão entre as lógicas precedentes e a administração reformadora⁷¹.

Portanto, pretendemos demonstrar que realizar um projeto reformista em Angola por meio da territorialização e militarização esbarrou nos direitos costumeiros africanos e também em forças

⁶⁸ Ibid., pp. 68, 105, 44.

⁶⁹ Segundo a autora, o “*sistema de vassalagem supunha a coexistência, no terreno, de pelo menos duas concepções de ocupação do território. E mais do que a coexistência, formas de negociação*”. Ibid., p. 130

⁷⁰ Ibid., pp. 136, 170.

⁷¹ Ibid., p. 338.

políticas tradicionais de Antigo Regime. O projeto reformista da administração pombalina em Angola e a razão de Estado pretendida embarram nos direitos costumeiros. Entender a organização militar neste território e as condições de seguir a carreira militar em Angola nos mostra a impossibilidade de operar o projeto territorializante deixando de lado a realidade local.

Capítulo II

Os Militares e a territorialização em Angola

Para tentar dar corpo ao projeto de territorialização em Angola, o papel dos militares foi de grande importância, uma vez que um território extenso como o de Angola precisava de maior controle. Porém, até meados do século XVIII, as formas de presença colonial não eram contínuas, os estabelecimentos administrativos estavam disseminados pelo interior em uma rede descontínua de presídios e feiras. Ao mesmo tempo nestes espaços, havia a ocupação de potentados africanos que possuíam estatutos diferentes dos portugueses, o que levava este espaço a ser marcado pela heterogeneidade e, mais ainda, as demarcações eram intercaladas entre territórios coloniais e territórios africanos.⁷² A partir da segunda metade do século XVIII o que se almejava era a construção de um território contínuo, no que se recorreu, dentre outros expedientes, a uma presença cada vez maior dos engenheiros militares na administração⁷³, apesar de a organização da estrutura militar não possuir grande estabilidade. Assim, a guerra era fundamental para garantir a presença colonial e a sedimentação do poder, do mesmo modo que a presença dos africanos foi fundamental nesse processo.

Todavia, para Catarina Madeira Santos, a presença portuguesa no espaço angolano se deparou com uma resistência constante por parte dos africanos. De acordo com a autora, no período pombalino, a “conservação da paz constituía a própria condição para a tranquilidade e a felicidade dos povos e figurava como uma das primeiras características de um governo polido”⁷⁴. Mas a guerra indireta era valorizada, deveria haver a possibilidade de obtenção da vitória militar sem que ocorresse a batalha, ou seja, a negociação era muito presente. Por outro lado, a guerra era um elemento estruturante de sociedades africanas tradicionais, sendo entendida de forma bem diferente pelos europeus⁷⁵.

O tráfico de escravos e a exportação atlântica eram beneficiados pela guerra entre africanos e os capitães-mores dos presídios incorporaram essa noção com o objetivo de capturar escravos, importando destacar que o tráfico de escravos promoveu uma reestruturação das instituições sociais e políticas dos africanos⁷⁶. Sendo Angola um centro exportador de escravos, a territorialização era necessária, a fim de dar continuidade ao próprio tráfico. De acordo com o autor Roquinaldo Ferreira, o tráfico de escravos era dependente do controle territorial e para haver esse controle era necessário o apoio dos militares. Assim, a necessidade de reforçar o comércio de escravos pode ter

⁷² SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola. Reconfigurar dispositivos de domínio. (1750 - c.1800)*. Tese de Doutorado. Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: Lisboa, 2005, p. 115

⁷³ *Ibid.*, p. 74.

⁷⁴ *Ibid.*, p. 263.

⁷⁵ *Ibid.*, pp. 262, 268.

⁷⁶ *Ibid.*, pp. 285, 286, 431.

influenciado nas decisões sobre a guerra e controle territorial. Todavia, o autor afirma que a guerra em si não rendeu grande número de escravos, já que a maioria dos capturados eram mulheres, crianças e idosos⁷⁷. Fica-se por se saber, porém, se mulheres, crianças e idosos não seriam “espólio de guerra”, ainda que vingassem formas não-guerreiras de suprimento de cativos.

Contudo, os esforços de racionalização administrativa no plano militar se confrontam com a falta de organização na estrutura militar. Mais importante ainda, as maneiras pelas quais a sociedade angolana interferia nos planos da Coroa. Para meados do setecentos, Catarina Madeira Santos afirma que

[...] os soldados abandonavam os seus postos e conseguiam, junto ao governador, patentes elevadas, não confirmadas pelo rei. Usurpação de títulos militares por parte de não militares, postos elevados, usados indiscriminadamente, juntamente com os seus atributos simbólicos, incluindo bastões e outras insígnias, situações que fazem pensar numa apropriação local de títulos, cargos e funções da hierarquia militar portuguesa e sobretudo em usos privados de interesses públicos.⁷⁸

Por isso não era fácil realizar uma racionalização da administração sem considerar os fenômenos específicos existentes na África. A opinião de grandes teóricos sobre a guerra não eram muito válidas para Angola e muito menos as técnicas e a experiência dos africanos deveriam ser desconsideradas. Igualmente, os africanos também utilizaram técnicas europeias de guerra e o manuseio de arma de fogo, tal como o bom êxito das ações dependia de considerar as opiniões de oficiais e sobas principais do exército. Em suma, a guerra para os africanos estava mais presente em seu cotidiano do que para as tropas do Reino⁷⁹.

Nesse caso, Elias Alexandre Corrêa da Silva Corrêa, ao seguir uma carreira militar em Angola, nos dá uma dimensão de quais objetivos a serem alcançados e uma avaliação plausível do que era servir neste local. Para o autor, havia uma grande necessidade da presença militar em Angola, pois este seria um ambiente propício a revoluções, sublevações, assassinatos, dentre outros problemas; afinal, os africanos seriam propícios a desobediência e, conseqüentemente, o ambiente não era favorável aos interesses da justiça⁸⁰. Escrever uma obra sobre Angola neste período, destacando principalmente seus próprios méritos, poderia servir, posteriormente, como justificativa

⁷⁷ FERREIRA, Roquinaldo Amaral. *Transforming Atlantic Slaving: Trade, Warfare and Territorial Control in Angola, 1650-1800*. A dissertation submitted in partial satisfaction of the requirements for the degree Doctor of Philosophy in History. University of California: Los Angeles, 2003, pp.1, 176, 177.

⁷⁸ Catarina, op. cit., p. 82

⁷⁹ Ibid., p. 283

⁸⁰ CORRÊA, Elias Alexandre Corrêa da Silva. *História de Angola*, 1 vol., Lisboa, Coleção dos Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo, Série E – Império Africano, 1937, pp. 69, 77.

para o pedido de mercês. Elias Alexandre Corrêa pretendeu construir sua carreira a partir de experiências no ultramar e, com isso, conseguir a ascensão social. Acreditava que era possível, por meio das experiências militares ultramarinas, aumentar as chances de mobilidade na carreira. Devia-se, porém, bem servir a monarquia e sua ida a Angola também faz parte deste objetivo:

O officio militar me abria a estrada para ir ao cumprimento do meu doble dezígnio / isto hé / ; instruirme do mundo; &c adquirir no Servisso Real o acesso dos postos, &c estimação dos homens condecoradoz, &c bem nascidos; &c assim me dava a esperança de subir a hum bem somente imaginado; a pezar do cruel sofrimento de hum mal assaz sabido.⁸¹

No entanto, em outra passagem, Elias Alexandre Corrêa Corrêa deixa claro que servir em Angola não era seu objetivo de vida:

Não foram os meus projetos de vida militar encarrear-me para a Costa d’Africa a adquirir fortunas acrisoladas pelos temores da morte, q o pays influe, &c a mesma morte decipa, mas arrostando o atrazo dos acessor em idades tão curtas, pensei melhorar a sorte para o futuro [...]⁸²

O que Alexandre Corrêa não menciona nestas passagens é a presença estrangeira em Angola e as muitas medidas tomadas para tentar frear o aumento da presença dos adventícios a fim de defender a costa. Para isso, o aumento de soldados nas fortalezas foi uma dessas medidas, tal como a maior interiorização territorial dos militares. A presença portuguesa precisava ser defendida.

A disciplina das nações polidas teve que ser deixada um pouco de lado no contexto africano. Catarina Madeira Santos afirma existir uma africanização da guerra, pois a “constituição dos exércitos coloniais fugia a um padrão uniforme e as táticas empregues denunciavam, muitas vezes, a adoção da cultura militar local”⁸³. Os militares portugueses utilizaram estratégias de guerra africanas nos confrontos no sertão.

As forças militares pagas em Angola dividem-se em um Regimento de Infantaria, em duas companhias de cavalaria, uma companhia de artilharia⁸⁴, mas o efetivo militar contava ainda com soldados que guarneciam os Presídios, considerados, conforme Catarina Santos, ignorantes na disciplina militar. Elias Alexandre Corrêa afirma que em cada presídio criou-se uma companhia de tropa regular que perfilhava um capitão, sendo o mesmo o capitão-mor do local. Mas o exército pago era frágil, já que o número de homens recrutados localmente era grande e o soldo recebido era baixo, quando recebiam soldo. O pagamento dos soldados era feito com fazendas, facilmente

⁸¹ Ibid., p. 14

⁸² Ibid., p. 13

⁸³ SANTOS, op. cit., p. 287

⁸⁴ SANTOS, op. cit., p. 75

trocadas por escravos em Angola. Dessa forma, muitos desses homens desenvolveram outros tipos de atividade. Nos dizeres do cronista militar:

Os Capitaes mores d'entre a officialidade militar desta Cidade, não gosavão em outro tempo soldo algum, tolerando-se-lhes as ganancias que podião adquirir pela sua industria, e commercio; mas refinando-se a ambição pelo abuzo desta congnomica tolerância, empregavão a sua authoridade em abono dos próprios interesses atropelando os alheios⁸⁵.

Consoantes com as palavras do militar são as informações presentes nas Notícias de Presídio, em especial as *Notícias de Presídio de Novo Redondo*⁸⁶, de 1797, que demonstram algumas atividades desenvolvidas pelos militares (quadro 1).

Quadro 1 – Posse de Escravos e Atividades Econômicas de Militares (Novo Redondo, 1797)

Nome	Título	Naturalidade	Cor	Escravos	Ocupação
Jerônimo Nunes Colares	Capitão da Milícia da Capitania de Benguela	Lisboa	Branco	12	Existe neste presídio aonde veio tratar varias dependências do seu negocio, como licença do Exmo. Senhor General Manoel de Almeida e Vasconcelos e confirmada por Vossa Excelência
Luiz Antonio Lopes Reis	Foi ajudante deste presídio, donde obteve baixa	Lisboa	Branco		Existe com casa de negócio
Francisco Fernandes	Foi soldado da guarnição deste presídio	Ilha da Madeira	Branco	1	Existe com casa de negócio
João Pereira Dormundo	Foi soldado da guarnição, deste presídio	Rio de Janeiro	Branco	19	Existe com casa de negócio
João Luiz da Silva	Foi soldado da guarnição deste presídio de donde obteve baixa	Rio de Janeiro	branco		Sertanejo
Mateus de Souza França	Alferes de Infantaria dessa guarnição	-	-	22	

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), DL 31, 09.

Dos seis militares ou ex-militares presentes na documentação, 5 possuem outro tipo de ocupação, 3 dos quais ex-soldados que passaram a viver de negócio. João Luiz da Silva fora um soldado de guarnição e tornou-se sertanejo. O ex-ajudante do Presídio de Novo Redondo, Luís Antônio Lopes dos Reis, tinha uma casa de negócio. Logo, o que se pode perceber é que esses homens não viviam exclusivamente de seus cargos militares. Os militares, neste presídio, eram

⁸⁵ CORRÊA, op. cit., 25

⁸⁶ Tais fontes informam nome, títulos, patentes, cores, propriedades, dentre outras informações sobre os moradores do presídio e de sua jurisdição, isto é, abarcam súditos e aliados da Coroa portuguesa. Alude-se a atividades econômicas, a registros paroquiais de batismo, casamento e óbito, a autoridades políticas da jurisdição dos presídios, etc.

naturais do Reino ou da América portuguesa, ou seja, são agentes externos que compõe a força militar. Ser militar era uma espécie de passaporte para atuar no tráfico, o que não significa que era exclusividade de reinóis e brasileiros; ao contrário.

Se o comércio desviava militares desta função, a deserção também era um problema relacionado a instabilidade militar. Além de o soldado reinol ser muito vulnerável ao clima angolano, a intensa participação de degredados sem preparação militar pesava decisivamente à instabilidade das forças militares⁸⁷.

Mais importante: as forças militares foram também compostas por africanos. No final do século XVII formou-se uma força só com soldados negros, contingentes militares chamados de “guerra preta”. Roquinaldo Ferreira afirma que esse tipo de tropa caracterizava-se pela grande mobilidade devido ao conhecimento do território e à vestimenta mais leve que utilizava⁸⁸. A dependência dos africanos era tanta que, no caso de um grande número de deserções de soldados da guerra preta, as operações militares poderiam ser paralisadas. Segundo Catarina Madeira Santos: “[...] os tratados de vassalagem e a participação dos chefes africanos nas guerras permitiam ao exército colonial dispor de um vasto contingente de homens localmente angariados”⁸⁹. Necessariamente, para o recrutamento da guerra preta havia a participação de *sobas*⁹⁰ avassalados, *Dembo*⁹¹ e *macotas*⁹². São também integrados as forças portuguesas o *tendala*⁹³, os *quilambas*⁹⁴ e *quimbares*⁹⁵, agentes africanos da guerra.⁹⁶ Logo, em um mesmo exército há a presença de culturas diversas, ou melhor, as forças militares “portuguesas” são formadas por diferentes tipos de aliados. Aliás, a própria documentação portuguesa não deixou de reconhecer, ainda que este não tenha sido seu objetivo, as estruturas africanas de poder, como demonstra a carta patente passada, em 1753, ao capitão-mor do Distrito do Golungo:

⁸⁷ SANTOS, op. cit., p. 289

⁸⁸ FERREIRA, op. cit., pp. 171, 173.

⁸⁹ SANTOS, op. cit., p. 289

⁹⁰ Título político dos Mbundu. Os portugueses utilizaram o termo para designar o chefe de uma tribo. É inferior na hierarquia ao Dembo e superior ao Quilamba. TAVARES, Ana Paula; SANTOS, Catarina Madeira. *Africae Monumenta: a apropriação da escrita pelos Africanos: volume I – Arquivo Caculo Cacahenda*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2002.

⁹¹ Potentado, autoridade superior ao soba ou que possui sobas sob sua jurisdição. TAVARES; SANTOS, *Ibid.*

⁹² Conselheiro ou ministro do soba, dembo ou jaga. TAVARES; SANTOS, *Ibid.*

⁹³ É como um porta voz do chefe; torna públicas as suas ordens, recebe e introduz os estrangeiros e tem a seu cargo a correspondência oficial quando sabe escrever. Também se chamava tendala o comandante das tropas auxiliares africanas, a guerra preta. TAVARES; SANTOS, *Ibid.*

⁹⁴ O termo é impreciso, mas pode-se dizer que é um oficial africano da guerra preta. TAVARES; SANTOS, *Ibid.*

⁹⁵ São africanos livres que eram obrigados pelo tratado de vassalagem ao seu soba a prestar serviço militar aos portugueses. TAVARES; SANTOS, *Ibid.*

⁹⁶ SANTOS, op. cit., p. 291

Dom Antonio Álvares da Cunha &c Faço saber aos que esta minha carta patente virem que por ser necessário prover-se o posto de Capitão mor do Distrito do Golungo que vagou por Simão Pereira bravo que o exercia acabar-se-lhe o tempo porque foi provido nele pelo meu antecessor o Exmo. Conde do Lavradio em pessoa de satisfação e merecimentos que bem o haja de exercitar em pertencer este provimento pela ordem de sua Majestade Fidelíssima do teor seguinte = [fl. 5] Governador Capitão General do Reino de Angola [...] e tendo respeito a concorrem as referidas partes em Julião Francisco Gonçalves, filho de André Gonçalves e de Dona Josefa Maria, natural da cidade de Lisboa, e esperar dele que daqui em diante se haverá mui conforme, digo, se haverá em tudo do que for encarregado do real serviço mui conforme a confiança que faço de sua pessoa, hei por bem de o prover como por esta o faço no dito posto de capitão mor do distrito do Golungo, por tempo de três anos na forma da referida ordem de Sua Majestade Fidelíssima, e o mais enquanto lhe não for sucessor, [ilegível] entanto eu o haver por bem e o dito Senhor não mandar [folha 5v] o contrário com o qual gozará de todas as honras, privilégios, liberdades, isenções porque em razão de seu posto lhe tocarem, o qual por esta hei por metido de posse dele tomando primeiro o juramento na forma costumada de que se farão assento nas costas desta carta patente. Pelo que mando **a todos os oficiais, moradores, sobas, quilambas, quimbares, e mais pessoas residentes no dito distrito do Golungo**, conheçam ao dito Julião Francisco Gonçalves por capitão dele, e como tal honrem, estimem e o lhe obedeçam, cumpram e guardem suas ordens tão pontual e inteiramente como quem e são obrigados; e ao Doutor Provedor da Fazenda Real ordeno-lhe mande fazer seu assento nos livros da Matricula para deles tirar sua fé de ofícios do tempo que exercitar o dito posto e por firmeza de tudo lhe mandei passar a presente por mim assinada e selada com o sinete de minhas armas a que será registrada nos livros da Secretaria deste Reino e adonde mais tocar. Dada nesta cidade de São Paulo de Assunção aos oito dias do mês de outubro. João de Deus dos Santos a fez. Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1753 Secretario de Estado João Jose de Lima a fez escrever = Dom Antônio Álvares da Cunha⁹⁷.

Nota-se nesta carta que, para o provimento do cargo de capitão-mor do Distrito do Golungo, o governador, D. Antônio Álvares da Cunha, ordena que oficiais, moradores, sobas, quilambas, quimbares e mais pessoas residentes no distrito obedeçam ao capitão-mor. Reconheceu, portanto, a participação e integração dos homens que ocupam estes postos na estrutura militar “portuguesa”.

A descrição de Elias Alexandre Corrêa sobre a formação de um exército no momento da guerra destaca ainda mais a importância dos africanos. Segundo o autor, o comandante ordena aos capitães-mores dos presídios que façam o alistamento daqueles que possuem armas, mas o capitão realiza este cálculo de acordo com o número de sobados e suas respectivas populações, obtendo assim o número de indivíduos que cada soba deve dispor. Por exemplo, os *jagas*⁹⁸ eram parte do exército, sendo governados pelos Macotas, que, por sua vez, eram subordinados a um Golambole, que Elias Corrêa equipara a um major. Estes jagas juravam administrar a justiça, defender seu povo e não desamparar os brancos, dando exemplo de fidelidade. Os quilambas ou, no dizer de Elias Corrêa, *cabos*, também eram tidos como fiéis companheiros dos brancos. Cada quilamba regia uma esquadra e obedecia ao capitão-mor. Já os quimbares eram senhores de porções de terra e viviam

⁹⁷ Arquivo Histórico de Angola (AHA). Códice 301 – C – 20 – 2, fl. 4. Acervo do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB)

⁹⁸ Hebe Mattos afirma que a origem dos Jagas é controversa. No entanto, pode-se dizer que são grupos originalmente masculinos, que viviam em acampamentos militarizados, chamados *kilombos*. MATTOS, Hebe. “Guerra Preta”: culturas políticas e hierarquias sociais no mundo atlântico, in: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. Na trama das Redes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

subordinados aos sobas. Apesar de a designação quimbares significar homens livres, eles podiam ser cativos, forros ou agregados de homens brancos. Cada companhia contava ainda com seu macota, ou capitão⁹⁹.

Em marcha, a tropa exibia uma hierarquia a ser respeitada em sua organização. O regimento do jaga era responsável por fazer a vanguarda do exército, seguiam-no, em ordem de fileira, os quilambas com suas esquadras e o regimento dos soldados da guerra preta com o seu capitão-mor. Logo atrás estava a artilharia e, depois, a infantaria; na retaguarda, os quilambas. A cavalaria marcha pelos lados ou onde o comandante ordenar¹⁰⁰.

Contudo, Elias Alexandre Corrêa demonstra não haver muita organização no momento da batalha:

A multidão corre, pára, dividi-se, investe, reúne-se e retrocede conforme as idéas da manobra; e fins do seu deznio. Este, quase sempre He comprehender o Corpo q. atação no semicírculo, ou corda de huma meia Lua: Com tudo: dispersos por huma e outra parte, cada hum sem regra de uniformidade, salta já hum, já a outro Lado, volta em roda, abaixa-se, levanta hum braço, curva hua perna, fasendo mil vizagens, e no meio destes equilíbrios, dispara a sua arma: atira a sua seta; e descarrega os seus golpes sem dar tempo a q. por cauza de immobildade, seja o alvo de algum tiro.¹⁰¹

Era dessa forma, ou seja, nos moldes africanos, que se buscava o maior objetivo da guerra, que era a conquista, empreendimento quase sempre realizado por forças terrestres, pois a guerra naval era praticamente inexistente em Angola¹⁰². Consequentemente, a guerra na África ocorria de acordo com as práticas locais, houve uma assimilação das táticas de guerra dos africanos.

Apesar disso, um outro contingente militar se fez presente (ou ausente) nos campos de batalha africanos em Angola, os degredados. Já eram vistos como pretensos soldados quando estavam sendo levados para Angola e sua utilização dos degredados, segundo Roquinaldo Ferreira, influenciou na capacidade militar, já que tendiam a desertar durante as campanhas e também não passavam por treino militar. Não raro, muitos dos desertores se tornaram pequenos traficantes¹⁰³.

Elias Alexandre Corrêa, militar de carreira, sublinha a falta de profissionalização dos efetivos militares, porém, tecendo feroz crítica – crítica que acaba por confirmar – à mobilidade social que os degredados alcançam por meio do serviço militar. Nisso, aliás, não seriam diferentes dos demais europeus.

⁹⁹ CORRÊA, Elias Alexandre Corrêa da Silva. História de Angola. Lisboa: s. Ed., 1937. Vol 2, pp. 49, 50, 51.

¹⁰⁰ Ibid., p. 51.

¹⁰¹ Ibid., pp. 56, 57

¹⁰² SANTOS., op. cit., p. 292

¹⁰³ FERREIRA., op. cit., p. 145

Pensava que a heroicidade de Voluntario: este só o nome: faria hum mérito distincto entre a classe dos degredados: foi engano: os crimes destes estão punidos com a graduação q se dá por premio aos beneméritos; &c assim por distinção de Patente; &c accidente de fortuna, sobi a hombrear com a escórea da plebe desterrada, &c com offuscadas camaradas.¹⁰⁴

Tudo isso era visto pelo autor da História de Angola como algo desestabilizador da presença militar portuguesa, no que o clima também pesava decisivamente. Inevitavelmente, o ambiente angolano forçou o recrutamento de nativos e de forças exteriores ao Reino. Brasileiros seriam mais aptos para servir na África, já que o clima no Brasil seria semelhante ao angolano. Soldados capazes de se adaptar ao sertão angolano ocupavam as principais posições militares em caso de guerra¹⁰⁵.

Elias Alexandre Corrêa afirma que:

[...] hum Regimento composto somente de homens brancos, não poderia rezistir 6 mezes ao furor com q. o clima os combate: a maior parte se iria alojar na Nazareth [cemitério]; e o resto comporia hum diminuto corpo de invalidos, amphibios do hospital, e S. Miguel.¹⁰⁶

Certamente por isso, a maior parte dos degredados eram oriundos do Rio de Janeiro e de Pernambuco, sobretudo eram mulatos, conforme afirma Roquinaldo Ferreira; mulatos que, segundo o autor, eram nascidos no local e que foram gradativamente sendo recrutados para as forças coloniais regulares, logo tornando-se um grupo coeso. O governador de Angola, D. Antonio Álvares da Cunha (1753-1758), não era a favor dessa grande dependência dos mulatos, ao passo que o governador Antonio de Vasconcellos (1758-1764) afirmava que era melhor confiar nos mulatos do que nos degredados de Portugal. No período de D. Francisco Inocêncio de Souza Coutinho (1764-1772), os mulatos começaram a ocupar altos cargos militares de acordo¹⁰⁷.

Demonstrando a incorporação dos africanos nas tropas, Elias Alexandre Corrêa se queixava de o brilhantismo de suas ações ser ofuscado entre a população local: [...] as boas acções praticadas n`Africa Angolence, perdem o brilhantismo entre os negros competidores¹⁰⁸. Na verdade, sua denúncia revela a apropriação dos cargos militares pelos africanos, como demonstraremos adiante.

A guerra em Angola ocorria no interior, ou seja, no sertão. Pelo regulamento, o regimento da cidade de Luanda deveria ser composto por 10 companhias de 60 soldados cada; a cavalaria participava nas guerras de forma variável e no mais das vezes não teve condições de vingar, pois os

¹⁰⁴ CORRÊA, op. cit., Vol 1, p. 15

¹⁰⁵ FERREIRA., op. cit., p. 155.

¹⁰⁶ CORRÊA ., Vol 2. op. cit. 71.

¹⁰⁷ FERREIRA., op.cit., pp. 165, 167.

¹⁰⁸ CORRÊA ., Vol 1. op. cit. p. 15.

cavalos não eram resistentes ao clima angolano. Ainda assim, as tropas de cavalaria utilizadas pelas forças coloniais lutaram ao lado das forças africanas¹⁰⁹, estratégia que foi crucial e incentivou o transporte de cavalos em navios vindos do Brasil. Para Roquinaldo Ferreira, historiadores minimizaram o impacto da cavalaria em Angola e, ao investigar a relação entre a oferta de cavalos e o comércio de escravos, e reavaliou o papel desempenhado pela cavalaria na guerra de Angola. Por exemplo, os navios vindos do Brasil deveriam trazer uma cota de cavalos, no que conseguiam privilégios e títulos¹¹⁰. A própria atuação no tráfico de cativos, portanto, era atrelada ao transporte de cavalos. Elias Alexandre Corrêa confirma tal aspecto sublinhando que cada navio era obrigado a conduzir um cavalo para Angola¹¹¹. Igualmente, na carta patente a seguir podemos perceber a obrigação de trazer cavalos do Brasil e a importância de tal suprimento para a ascensão na carreira militar. Transportar cavalos para Angola serviu como um argumento positivo para Antonio Carneiro de Magalhães receber a patente de sargento-mor do Presídio de Benguela:

Dom Antônio Alvarez da Cunha &c Faço saber aos que esta minha carta patente virem que por ser necessário prover-se o posto de Sargento Mor do Presídio de Benguela que vagou por falecimento de João de Figueiredo sem [ilegível] que o exercia em pessoa de satisfação e merecimento que bem o haja de exercitar em pertencer este provimento pelo capítulo 9º do meu Regimento de teor seguinte a fl. E tendo respeito [ilegível] [fl. 56] concorrem nas referidas partes na de Antônio Carneiro de Magalhães, natural da Vila de Meão do Conselho de Santa [ilegível], Bispado do Porto, filho Legítimo de Baltazar Carneiro e de Tereza de Magalhães, e haver servido a sua Majestade em varias ocasiões em trazer dos Portos do Brasil em Navios de que foi Mestre e avançador, e senhorio, muitos cavalos para as companhias deles desta Cidade, e no ano de 1754, vindo por passageiro em navio do Mestre Manoel Pereira, trazer voluntariamente dois, e no ano de 1756, mandar vir em seu Navio, quatro, postos todos nesta Cidade a sua custa, com dispêndio grande recebendo da Real Fazenda só cem mil réis por cada hum na forma que se pratica e ter trazido também muitos degradados em sua companhia dos ditos Portos em dois dos seus Navios a sua custa com bom tratamento, por senão meterem para eles mantimentos que assentarão praça nas ditas companhias de cavalos e no Regimento da Infantaria paga desta Cidade como também como Mestre e avançador dos Referidos Navios ter se encarregado da cobrança dos direitos reais dos escravos, e assinado muito [ilegível] pertencente a mesma Real Fazenda de que deu tudo inteira satisfação e ter servido dois anos de escrivão das terras do Dembo Ambuila, e alguns no posto de Sargento Mor dos auxiliares da Vila de Massangano, com honrado procedimento e inteira satisfação de sua obrigação, mostrando sempre o grande zelo que lhe assiste do Real Serviço, e por esperar dele que daqui em diante se haverá da mesma maneira em tudo o de que for encarregado do Real Serviço e mui conforme a confiança que faço de sua pessoa. Hey por bem de o prover como por esta o faço no dito posto de Sargento Mor do Presídio de Benguela, enquanto eu houver por bem e sua Majestade não mandar o contrário, com o qual gozará de todas as honras, privilégios, liberdades, isenções e franquezas que em razão do dito posto lhe tocarem. Pelo que mando ao Capitão Mor do dito Presídio conheça ao dito Antonio Carneiro de Magalhães por Sargento Mor dele, e como tal honre e estime e lhe deixe servir e exercitar o dito posto, dando-lhe dele posse e juramento na forma costumada de que se fará o assento nas costas desta Carta Patente e aos oficiais [fl. 56v] soldados e seus subordinados em tudo lhe obedeçam e cumpram e guardem suas ordens como devem e são obrigados e ao Doutor Provedor da Fazenda Real ordeno lhe mande fazer seu assento nos Livros de Matrícula para por eles tirar sua fé de ofícios do tempo que exercitar o dito posto. E por firmeza de tudo mandei passar a presente por mim assinada e selada com

¹⁰⁹ SANTOS., op. cit., p. 292.

¹¹⁰ FERREIRA., op. cit., p. 184, 185.

¹¹¹ CORRÊA ., Vol 1. op. cit., p. 73

o sinete grande de minhas armas a qual será registrada nos Livros da Secretaria deste Reino e adonde mais tocar. Dada e passada nesta Cidade de São Paulo de Assunção, aos vinte dias do mês de março, Manoel Henriques a fez Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e cinquenta e oito, o Secretário de Estado [ilegível] João José de Lima a fez escrever D. Antonio Álvares da Cunha¹¹².

A carta patente indica que, se as expedições não foram organizadas com o objetivo de trazer cavalos do Brasil, ao menos havia a preocupação em embarcá-los. Considerando que era problemático o transporte de cavalos em navios que traficavam escravos, a cavalaria parece ter sido muito importante, pois compensava a falta de forças suficientes para proteger a cidade, principalmente de ataques estrangeiros. Apesar das dificuldades, a cavalaria foi amplamente utilizada em Angola para defesa territorial¹¹³. Todavia, nenhum angolano ocupou posto militar em função do transporte de cavalos, o que significa que este meio de ascensão militar era interdito aos angolanos.

Por sua vez, as fortalezas eram utilizadas para apoiar os exércitos que estavam em movimento e, ao mesmo tempo, protegiam áreas vitais. Havia também espaços africanos que serviam de proteção a eles, a exemplo dos sítios chamados de *quipacas*¹¹⁴. Fortalezas e *quipacas* marcariam, portanto, a territorialização em sua forma mais eficaz, já que para se pensar a guerra é preciso pensar no território, assim:

A guerra colonial iria, portanto, organizar-se com o objetivo da conservação ou alargamento do território politicamente dominado pelo poder de Luanda, sem, para isso, deixar de ter em conta os processos de organização territorial das sociedades africanas [...]¹¹⁵

Muitas vezes, a manutenção do território não se dava sem confrontos. Na preparação da guerra coexistiam armamentos africanos (flechas, zagaias, catanas, dentre outros) e armamentos próprios da artilharia portuguesa. Os capitães-mores dos presídios deveriam fazer o alistamento da gente das armas. Pelo número de sobados deveria-se saber o número de homens disponíveis e, pela lista de homens recrutados, os capitães-mores escolhiam os comandantes do exército. Os moradores dos presídios também eram recrutados¹¹⁶.

Consequentemente, elementos do direito e das estruturas políticas africanas precisavam ser incorporadas pelas instituições portuguesas, o que significa que a participação política de chefes africanos não era desprezada em eventuais pedidos de informações de homens candidatos a alguns

¹¹² AHA. Códice 301 – C – 20 – 2 , fl. 55v. Acervo do IHGB

¹¹³ FERREIRA., op. cit., pp. 208, 209.

¹¹⁴ SANTOS., op. cit., pp. 296, 297.

¹¹⁵ SANTOS., op. cit., p. 301

¹¹⁶ Ibid., p. 308.

cargos, ou seja, na hierarquia colonial havia a incorporação de cargos e funções da estrutura política africana. Além disso, alguns cargos, tipicamente da estrutura política africana, eram incorporados à administração portuguesa, como é o caso do *Tendala* e do *Dembo*¹¹⁷. Os homens que ocupavam estes cargos recebiam cartas patentes nos mesmos moldes do aparelho português:

Dom Antônio Álvares da Cunha &c Faço saber aos que esta minha carta patente de confirmação virem que tendo respeito ao que por parte de Dom Sebastião Manoel Silvestre, natural das terras de Gombe Amuquiama, filho Dom Sebastião Manoel Silvestre e de Dona Lucrecia de Antonio, se me representou sobre estar provido por Dembo e Senhorio da [ilegível] terras de Gombe e Amuquiama por todos os macotas, sobas e quimbares do dito Senhorio por uns e outros deporem a Dom Francisco Manoel Silvestre que se achava no dito Estado por Conselho de meu antecessor o Exmo. Conde do Lavradio a quem fizeram certo a justas causas de seu mau procedimento que tiveram para com ele a fim procederem; e para haver de lograr do dito senhorio com quietação me pedia lhe fizesse mercê de confirmar nele. E tendo respeito ao referido e ao mais que se me representou e ser o dito Dom Sebastião Manoel Silvestre apto o suficiente para o exercitar e esperar dele o que em tudo o de que for encarregado do Real serviço se haverá com bom procedimento, correspondendo em tudo a fidelidade de bom vassalo, e mais conforme a confiança que faço de sua pessoa hey por bem de confirmar e prover ao dito Dom Sebastião Manoel Silvestre como por esta o faço em nome de Sua Majestade no dito cargo de Dembo e senhorio das terras de Gombe Amuquiama para que o seja enquanto eu o houver por bem e o dito senhor não mandar o contrário, e com ele gozará de todas as honras, privilégios, liberdade, isenções e franquezas os que em razão do dito cargo lhe tocarem assim e da maneira o lograram seus antecessores. Pelo que mando a todos os macotas, sobas, quimbares, e mais pessoas sujeitas ao dito Estado e senhorio das ditas terras conheçam ao dito Dom Sebastião Manoel Silvestre por Dembo e Senhorio delas e como tal honrem, estimem e respeitem, e o obedeçam, com condição que o dito Dembo Dom Sebastião Manoel Silvestre estará sempre obrigado para todas as coisas que forem de serviço de Sua Majestade de que for encarregado por mim e meus sucessores. E por firmeza de tudo lhe mandei dar e passar a presente por mim assinada e selada com o sinete de minhas armas ao qual será registrada nos livros da Secretaria deste Reino e mais partes tocar. Dada nesta cidade de São Paulo de Assunção aos 30 dias do mês de julho. João de Deus dos Santos a fez. Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1754. Secretario de Estado João Jose de Lima a fez escrever = Dom Antonio Álvares da Cunha.¹¹⁸

Nesta carta fica clara a apropriação de cargos africanos na estrutura militar portuguesa, tal como é possível afirmar que as ideias de ascensão e inserção no Império português por meio dos postos militares não eram exclusivas dos habitantes do Reino ou da América portuguesa. O *Dembo* e senhorio das terras já estava provido no cargo, não pelo governador ou pelo Rei, mas pelos macotas, sobas e quimbares do dito senhorio. Mesmo assim buscou a confirmação do governador, que lhe foi concedida.

Mais ainda, Dom Sebastião Manoel Silvestre conseguiu a confirmação do cargo de Dembo e Senhorio das terras de Gombe Amuquiama, ainda que se sublinhe na carta que deveria ser fiel como um bom vassalo e condicionado a servir a Sua Majestade. Pelo provimento do governador, Dom Sebastião Silvestre poderia ter honras e privilégios próprios do cargo. Tendo sido o próprio Dembo

¹¹⁷ Ibid., p. 406.

¹¹⁸ AHA. Códice 301 – C – 20 – 2, fl. 8. Acervo do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

que fez a representação ao governador para conseguir a confirmação do cargo, não poderia residir aí uma estratégia de ocupar cargos “portugueses” a fim de aumentar o seu poder local? Da mesma forma, o governador Dom Antonio Álvares da Cunha reconheceu a lealdade de seu vassalo e confirmou a patente. É possível afirmar que sociedades africanas participaram da monarquia portuguesa a partir de suas estruturas locais e suas formas de hierarquia, reconhecendo também as formas de classificação do Reino. Nada disso era, necessariamente, incompatível.

O pedido de representação feito pelo Dembo pode ser um indício da apropriação da *escrita (lato sensu)* – entendida como princípios hierárquicos, códigos, valores – pelos africanos. *Stricto sensu*, a escrita podia ser utilizada como um dispositivo de diferenciação. Aquele que sabe escrever se aproxima do ideal de civilização tido pelos europeus. Igualmente, aquele que conhece um pouco das línguas africanas é valorizado. Era preciso o mínimo de conhecimento da língua africana ou que os africanos conhecessem um pouco a língua dos colonizadores. A escrita nesse momento é um sinal de distinção. Também foi utilizada pela coroa portuguesa para manter contatos oficiais com chefes africanos. A carta patente que nomeia Nicolau de Nazareth como *Capitão Tendala Mor* do Reino de Angola evidencia a importância de se saber uma língua africana.

Antônio de Vasconcellos &c. Faço saber aos que esta minha carta patente virem que tendo respeito ao que se me representou por parte de Nicolau de Nazareth, natural desta Cidade, filho legítimo do Sargento Mor Vitorino de Faria e Melo e de Mariana Pinta Valente [fl. 16] [ilegível], Provido por Patente de meu antecessor, o Exmo. D. Antonio Álvares da Cunha, no posto de Capitão Tendala Mor deste Reino, que vagou por falecimento de Luiz Coelho Rabelo, que o exerci,a pediu lhe mandasse passar nova patente para continuar no exercício dele **em pessoa que sabe a língua ambunda** para intérprete deste [ilegível], e no suplicante concorrem satisfação e merecimentos que bem o haja de exercitar, e haver servido a sua Majestade em praça de Soldado do Regimento pago desta praça e de Tenente da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição da Praia da Cassendama desta Cidade, e no ano de [1754] ter ido a guerra que se fez a Rainha Ginga, havendo em tudo honrado procedimento e inteira satisfação de sua obrigação, e por esperar dele que daqui em diante se haverá da mesma maneira em tudo o de que for encarregado do Real Serviço, se haverá mui conforme a confiança que faço de sua pessoa. Hey por bem de o confirmar e novamente prover como por esta o faço no dito posto de Capitão Tendala Mor deste Reino, enquanto eu houver por bem e sua Majestade não mandar o contrário com o qual haverá os prós e percalços que diretamente lhe pertencem, assim da maneira que os houveram seus antecessores, e gozará de todos as honras e privilégios liberdades e isenções e franquezas, que em razão do dito posto lhe tocarem e o exercerá de baixo da mesma posse e juramento que já houve. Pelo que mando a todos os Dembos, Sovas , Quilambas e quimbares conheçam ao dito Nicolau de Nazareth por Capitão Tendala Mor deste Reino e, como tal, honrem e estimem e dêem [ilegível] as certidões que lhe passar e couber na sua jurisdição, e ao Doutor Provedor da Fazenda Real ordeno lhe mande fazer seu assento nos Livros da Matrícula para deles tirar sua fé de ofícios de tempo que exercitar o dito posto. E por firmeza de tudo lhe mandei passar a presente por mim assinada e selada com o sinete de minhas armas, a qual será Registrada nos Livros da Secretaria deste Reino, e aonde mais tocar. Dada nesta Cidade de São Paulo de Assunção, aos 16 de novembro, Francisco Marins a fez Ano de Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1758, o Secretario de Estado José de Lima a fez escrever = Antonio de Vasconcellos¹¹⁹.

¹¹⁹ AHA. Códice 308 – C – 21- 3. Acervo do IHGB.

Saber *ambundo*¹²⁰, dentre outros aspectos, serviu como argumento para que Nicolau Nazareth fosse confirmado pelo governador Antonio de Vasconcellos no cargo de Capitão Tendala Mor do Reino de Angola. Ao ser falante do ambundo o agraciado poderia servir de intérprete, facilitando a comunicação entre africanos e colonizadores. No dizer de Catarina Madeira Santos:

O que tudo isto pode querer dizer é que a cultura política colonial não só difunde modelos [...] como parece resultar, ela mesma, de transferências culturais e difusão, no seu interior, de traços africanos, na sequência de contactos prolongados como o mundo político endógeno¹²¹.

No contexto da segunda metade do XVIII, a Coroa visava criar condições para que se constituísse em Luanda um grupo de homens ligados à carreira militar que seguissem o padrão reformador almejado para a África. Contudo, a realidade africana não podia deixar de ser considerada diante das reformas propostas, pois, como dito anteriormente os africanos se apropriam da malha administrativa portuguesa; o programa pombalino em Angola não seria possível sem o auxílio dos engenheiros militares¹²². A interação entre a cultura europeia e a africana resulta no que Catarina Madeira Santos chama de “geração de 60”, que se caracteriza-se como:

[...] um conjunto de indivíduos, oriundos de famílias luandenses, ligados a vida militar, ou ao exercício de ofícios na administração régia (muitos implicados no tráfico negreiro) que se deixa alinhar pelos mais recentes parâmetros da Política, a que se acrescentam outros, recém-chegados da metrópole ou do Brasil¹²³.

Os homens da *geração de 60* valorizam a naturalidade, ou seja, formavam uma elite que se reconhece nacional, mas que ao mesmo tempo não se desliga do pensamento de seu tempo. Esses homens podem ser chamados também de brancos da terra, e mulatos nascidos em Luanda e que seguem carreira militar frequentando as aulas de Geometria e Fortificação. Essa geração contemplava também “soldados da conquista”, que podem ser degredados ou militares enviados do Reino para servir em Angola.

Na tentativa de formar um corpo técnico habilitado, o governador D. Francisco Inocêncio de Souza Coutinho (1764-1772) reabriu a Aula de Geometria e Fortificação dirigida principalmente aos militares¹²⁴. Um dos objetivos era recrutar entre esses homens habilitados os futuros capitães-mores dos presídios. Preparando os militares seria possível alcançar as reformas projetadas pelo

¹²⁰ Língua banta de Angola

¹²¹ SANTOS., op. cit. p. 407.

¹²² Ibid., p. 484.

¹²³ Ibid., p. 491.

¹²⁴ Ibid., pp. 493, 507, 508, 448.

Estado. Em uma carta patente, D. Francisco Inocência de Souza Coutinho enfatiza a participação de Inácio Matoso de Menezes nas aulas de geometria e fortificação, o que contou como argumento para que este fosse provido no posto de Tenente do Regimento pago da Praça de Luanda.

Ignácio Matoso de Menezes Tenente da Companhia
do Capitão Joaquim Monteiro de Moraes

Dom Francisco Inocência de Souza Coutinho &c Faço Saber aos que esta minha carta Patente virem que sendo preciso prover-se o Posto de Tenente do Regimento pago desta Praça da Companhia de que é Capitão Joaquim Monteiro de Moraes, que vagou por promoção de Cipriano José da Silva, a Tenente de Cavalos em pessoa que bem o haja de exercitar, e tendo consideração ao Alferes do dito Regimento Ignacio Matozo de Menezes, haver se empregado nos Estudos da Aula de Geometria e Fortificação deste Reino, e esperar dele se haverá com honrado procedimento. Hey por bem de o prover como por esta o faço no dito Posto, enquanto Sua Majestade não mandar o contrário, e eu entender é conveniente ao Seu Real Serviço, com o qual haverá o soldo correspondente e gozará de todas as honras privilégios, Liberdades, isenções e franquezas que em razão dele lhe pertencem. Pelo que mando ao Coronel e mais oficiais do mesmo Regimento, o conheçam por Tenente da referida companhia e como tal honrem estimem e lhe deixem servir e exercitar o dito Posto de baixo do mesmo juramento que já houve e aos soldados seus subordinados que em tudo lhe obedeçam cumpram e guardem suas ordens como devem e são obrigados. O Doutor Provedor da Fazenda Real lhe mande fazer seu assento nos Livros da Matrícula para por ele haver o soldo que lhe tocar e tirar sua fé de ofícios do tempo que exercitar o dito Posto. E por firmeza de tudo lhe mandei passar a presente por mim assinada e selada com o sinete grande das minhas armas a qual será registrada nos Livros da Secretaria de Estado deste Reino, e aonde mais tocar. Dada nesta Cidade de São Paulo de Assunção ao primeiro de Agosto Ignácio Correa de Castro a fez Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1772. Antônio Lobo da Costa e Gama Secretario de Estado a fez escrever D. Francisco Inocência de Souza Coutinho¹²⁵.

Como dito, na segunda metade do século XVIII, pretendeu-se dar corpo a um projeto de territorialização em Angola a partir dos ideais reformadores próprios do pombalismo. Nesse sentido, os militares foram parte desse objetivo, responsáveis em exercer na prática o domínio do território. No entanto, a realidade africana impôs limites a esse projeto. A própria composição das tropas, com muitos africanos, exigia uma maior flexibilidade a essa proposta, ou melhor, uma readaptação dos moldes propostos, agregando a organização militar às práticas locais. As redes marcadas pela heterogeneidade e a negociação não foram deixadas de lado neste período. A análise das nomeações pode contribuir melhor para visualizar essa apropriação dos serviços militares; de códigos de poder e de hierarquia social, enfim.

¹²⁵ AHA. Códice 309 -C-21-4. Acervo do IHGB.

Capítulo III

Cargos (e) Militares em Angola

Analisar a nomeação para cargos militares no Reino de Angola no contexto da territorialização e da militarização a partir do período “pombalino” – aqui não considerado em bloco – leva a considerar os diferentes governos angolanos durante o período em foco. Todavia, algumas ressalvas de método e de disponibilidade de fontes são importantes. A documentação escolhida para o estudo é composta, basicamente, por registros de cartas patentes para o período de 1753 a 1772, com lacunas para os anos 1762 a 1771. Não obstante tais lacunas temporais, as fontes disponíveis cobrem os períodos/governos de D. Antônio Álvares da Cunha (1753-1758), Antônio de Vasconcelos (1758-1764) e D. Francisco Inocêncio de Souza Coutinho (1764-1772). Para este último, as fontes só contemplam o último ano de seu governo, sendo aqui consideradas, porém, como um exercício metodológico.

O que informam os registros de nomeação de patentes militares? Como exemplo, reproduzimos uma carta patente abaixo:

Antonio José Nóbrega
Alferes do Presídio de Cambambe

Dom Francisco Inocêncio de Souza Coutinho &c Faço saber aos que esta minha Carta Patente virem que achando-se vago o Posto de Alferes da Companhia paga que guarnece o Presídio de Cambambe, por demissão que dele fez João Nunes; sendo necessário prover-se em pessoa em quem concorra os requisitos necessários. Hey por bem de o prover, como por esta provo, na do Sargento do número do Regimento pago desta Praça Antonio José Nóbrega, natural desta Cidade, filho de Antonio José Faro por esperar dele que daqui em diante continuará com a mesma atividade enquanto Sua Majestade não mandar o contrário e eu entender é conveniente ao seu Real serviço com o qual haverá o soldo competente, pago na forma das Reais ordens, e gozará de todas as honras, privilégios, liberdades, isenções, e franquezas que em Razão dele lhe pertencerem. Pelo que mando ao Capitão mor do dito Presídio o conheça por Alferes da Companhia paga dele, e como tal honre, estime, e lhe de posse, e juramento na forma costumada, de que se fará assento nas costas desta carta Patente, aos oficiais e soldados seus subordinados que em tudo lhe obedçam cumpram e guardem suas ordens como devem e são obrigados. O Doutor Provedor da Fazenda Real lhe mande fazer seu assento nos Livros da Matrícula para por eles haver o soldo que lhe tocar e tirar sua fé de ofícios quando lhe convier. E por firmeza de tudo lhe mandei passar a presente por mim assinada e selada com o sinete grande das minhas armas, a qual será registrada nos Livros da Secretaria de Estado deste Reino, e aonde mais tocar. Dada nesta Cidade de São Paulo de Assunção a dezanove de setembro João Marins da Costa Teixeira a fez. Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1772. Antonio Lobo da Costa e Gama Secretario de Estado a fez escrever. D Francisco Inocêncio de Souza Coutinho.¹²⁶

Uma carta patente apresenta uma estrutura invariável, ou seja, trata-se de uma documentação serial, que apresenta informações básicas, a saber: nome do governador que concede a patente, nome do agraciado, sua naturalidade e filiação, as qualidades do agraciado ou os serviços por ele prestados, os destinatários da carta, a especificação do posto, da toponímia geográfica ou política, a data e o local da emissão, os argumentos em favor da concessão da patente, se se trata de cargo remunerado, a fonte pagadora, a assinatura do governador, a instituição na qual a carta será

¹²⁶ AHA. Códice 309 -C-21-4, fl. 25. Acervo do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

registrada e o documento que fundamenta a prerrogativa do governador (regimento) em conceder a patente. Evidentemente, a frequência de tais informações pode variar de um registro para outro.

Por tais dados, pode-se mensurar e criar informações cruciais para o tema de nossa pesquisa, as quais servem a uma análise quantitativa e qualitativa. Informações sobre naturalidade, por exemplo, são importantes para analisar a composição das tropas, ao passo que a alusão a serviços prestados indica as relações políticas estáveis entre súditos africanos e a coroa.

Todavia, qual a representatividade de nossa documentação, em especial o registro de cartas patentes? A partir do quadro abaixo, elaborado por meio das correspondências entre militares e o Conselho Ultramarino¹²⁷, observa-se que, entre 1785 e 1795, foram enviadas 140 correspondências, das quais (67) 47,9% diziam respeito ao pedido de cargo e/ou confirmação de patente. Quase 13% eram sobre o envio de mapas de tropas para a Coroa. Pedidos de licença, por sua vez, também eram expressivos. Assim, a média de patentes concedidas nos 11 anos contemplados no período é de 6,9 por ano.

Quadro 2
Pedidos e Confirmações de Patentes Militares em Angola (1785-1795)

Militares	Número	%
Pedido de patente	67	47,9
Embarcação arribada/estrangeira	6	4.3
Fé de ofícios/documentos	5	3.6
Hierarquia e/ou conflito	7	5
Mapa de tropa/estado militar/relatório	18	12.9
Soldo	2	1.4
Licença particular /moléstia	14	10
Petrechos militares	6	4.3
Pedido de hábito	3	2.1
Outros	7	5
Insubordinação africana	3	2.1
Tenças	2	1.4
Total	140	100

Fonte: AHU. Conselho Ultramarino, Angola, Avulsos.

¹²⁷ Arquivo Histórico Ultramarino, Coleção Conselho Ultramarino, Angola, Avulsos. Várias caixas. Agradeço a permissão para o uso dessa documentação aos coordenadores dos projetos *A comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa (1580-1808): Reino, Atlântico e Brasil* e *A Monarquia e seus Idiomas: corte, governos ultramarinos, negociantes, régulos e escravos no mundo português (sécs. XVI-XIX)*, os professores Doutores João Fragoso e Nuno Gonçalo de Freitas Monteiro.

Por si sós, aqueles números nos indicam a importância que os cargos tinham para os que os solicitavam. Para além da remuneração dos cargos e do maior ou menor poder que propiciavam, não devemos esquecer que se trata de um contexto de expansão e de interiorização do tráfico. Para se ter uma ideia da expansão do tráfico no período, recorreremos aos dados, ainda que deficitários, do Projeto Database Slave Trade.

Quadro 3 – Embarques de cativos na África Central Atlântica (1700-1800)

Período	West central Africa and St. Helena	Totals
1700	18.146	18.146
1701-1725	331.183	331.183
1726-1750	556.981	556.981
1751-1775	654.984	654.984
1776-1800	822.056	822.056
Totals	2.383.350	2.383.350

Fonte: www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimadres.faces Acessado em 13 de junho de 2011.

Que relação pode haver entre expansão do tráfico no século XVIII e nomeação de patentes? Percebemos que no século XVIII o tráfico cresce e, junto com ele, a necessidade de controle do território. Como já foi dito, os militares eram importantes nesse processo. Nesse sentido, que postos militares estão sendo pleiteados ou requeridos?

Quadro 4 – Postos Militares concedidos em Angola (1785-1795)

Posto*	Número	%
Ajudante	2	3.6
Alferes	3	5.5
Capitão	27	45.5
Capitão-mor	5	9.1
Coronel	3	5.5
Major	1	1.8
Sargento mor	7	12.7
Tenente Coronel	2	3.6
Tenente	7	12.7
Total	55	100

Fonte: AHU. Conselho Ultramarino, Angola, Avulsos. Vários docs.

Como se vê, o posto de capitão era o mais requerido pelos militares que os solicitavam. Deve-se lembrar que, para além das funções militares, ou para a tentativa de territorialização

implementada pela Coroa português, ser capitão, em especial, e militar, em geral, propiciava atuar de forma ativa no comércio angolano.

O leitor não deve se enganar e supor que estamos saindo pela tangente sobre a representatividade de nossas fontes principais, os registros de carta patente. Retrocedemos ao período anterior com o intuito de darmos um pouco mais de precisão a nossos dados. Doravante, no caso dos registros das cartas patentes, dividimos o período em três blocos, conforme os governadores aludidos.

Quadro 5 – Cartas patentes concedidas por governadores de Angola (1753-1772)

Governadores	Média	Cartas patentes por governos
Dom Antonio Álvares da Cunha (1753 a 1758)	11.6	70
Antonio de Vasconcelos (1758-61)*	32.2	141
Francisco I de Souza Coutinho (1772)**	48	48
Total	26	259

* O governo de Antônio de Vasconcelos se estende até 1764, mas só dispomos de dados até 1761.

** O governo de D. Francisco Inocêncio de Souza Coutinho começa no ano de 1764 e se estende até 1772, mas só dispomos de dados para o último ano de seu governo.

Fonte: AHA. Cartas patentes. 1753 a 1772. Acervo IHGB

Pelo quadro 4, nota-se a recorrência de registro de cartas patentes no período pombalino. Por certo, estamos utilizando fontes de natureza distintas, o que induz a resultados diferentes, mas pode-se concluir que os registros de cartas patentes são representativos sobre os cargos militares em Angola. Impõe-se, portanto, saber a que postos militares nos referimos, a fim de respondermos as questões relativas à territorialização e à participação dos africanos nas tropas.

Quadro 6 – Cartas patentes concedidas por governadores de Angola (1753-1772)

Nº	Cargos*	Nomeações	%
1	Alferes	11	4.2
2	Ajudante	50	19.3
3	Cabo	5	1.9
4	Capelão	1	0.4
6	Capitão	122	47.1
7	Capitão-mor	20	7.7
8	Capitão Tendala	4	1.5
9	Capitão Tendala Mor	1	0.4
10	Comandante	2	0.7
11	Coronel	7	2.7
12	Dembo e Senhorio	3	1.1
13	Gonlambole	1	0.4
15	Sargento	1	0.4
16	Sargento-mor	14	5.4
17	Tenente Coronel	6	2.3
18	Tenente	9	3.5
19	Tenente General	2	0.8
	Total	259	100,0

* A especificação de cada variação de posto se encontra no anexo 1

Fonte: AHA. Cartas patentes. 1753 a 1772. Acervo IHGB

Como se vê os três governadores concederam 259 patentes nos períodos abordados. Aqui também há uma maior distribuição para o cargo de capitão, seguido pelo cargo de ajudante. É possível confirmar também a incorporação de cargos africanos na estrutura militar portuguesa. Houve três registros de carta patente para o cargo de Dembo e Senhorio, além de cinco registros para o cargo de Capitão Tendala. Há, ainda, um registro para o cargo de Golambole, que, segundo Elias Alexandre Corrêa, equivalia a major¹²⁸.

Entre os cargos de capitão é possível perceber os criados para melhor administrar o território angolano, que também eram registrados como patentes concedidas pelo governador. São os cargos de Capitão das Salinas do Presídio de Benguela, Capitão dos Bongues, Capitão dos homens Pretos Forros Calçados e o Capitão-Mor da Guerra Preta.

É importante também saber quais locais estão sendo contemplados nestes registros para assim perceber os locais em que a força militar esteve mais presente.

¹²⁸ CORRÊA, Elias Alexandre Corrêa da Silva. História de Angola. Lisboa: s. Ed., 1937. Vol 2, p. 50.

Quadro 7 – Locais contemplados nas cartas patentes (1753-1772)

	Toponímia Geopolítica		%
1	Ambaca	13	5
2	Ambo	1	0.4
3	Angola	17	6.538462
4	Bengo	5	1.923077
5	Benguela	34	13.07692
6	Borba, Província de Ivangando	1	0.4
7	Cabo da Ilha	2	0.769231
8	Caconda	9	3.461538
9	Cambambe	16	6.153846
10	Cassanje	1	0.4
11	Dande	19	7.307692
12	Encoge	10	3.846154
13	Golungo	13	5
14	Icolo	8	3.076923
15	Ilha de São Joao de Cazanga	4	1.538462
16	Insandeira	1	0.4
17	Luanda	54	20.76923
18	Massangano	17	6.538462
19	Muxima	7	2.692308
20	Passagens do Calandula	1	0.4
21	Pedras	8	3.076923
22	Quanza	14	5.384615
23	Quilengues	1	0.4
24	Santo Amaro	1	0.4
25	Terras de Caculo Cahenda	1	0.4
26	Terras de Gombe Amuquiama	1	0.4
27	Terras de Namboagongo	1	0.4
	Total	260	100

Fonte: AHA. Cartas patentes. 1753 a 1772. Acervo IHGB

A partir do quadro percebemos que se direcionaram mais registros de patente para Luanda, pois cerca de 20% dos cargos confirmados eram relativos a postos a serem exercidos na cidade. Pode-se presumir que, por ser a cidade principal de Angola, necessitava de uma maior organização administrativa e militar. Em Luanda, existiam muitas fortificações que necessitavam do apoio militar para serem mantidas. Benguela também possui um número expressivo de nomeações para lá direcionadas, cerca de 13%. Também é um local para o qual se buscava uma maior racionalização administrativa, até mesmo por ser um importante ponto de apoio para o tráfico de escravos. Dande e

Massangano também são locais importantes no que diz respeito a quantidade de militares que lá serviam.

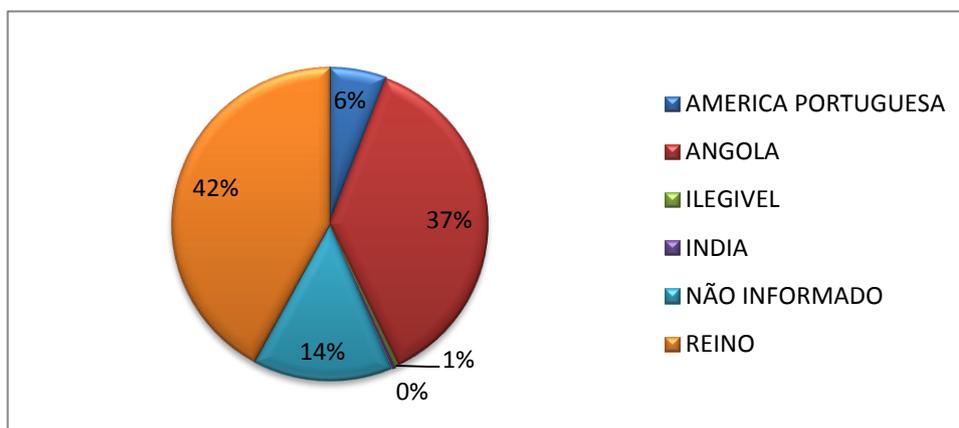
De onde vêm os homens que compõe as tropas em Angola? Para melhor visualizar a naturalidade dos militares agrupamos os locais para a Reino, Angola, América portuguesa e Índia. Agregamo-las porque especificar cada local de naturalidade poderia levar a perder a dimensão dos intercâmbios no seio do império português, já que são muitas as cidades, vilas, presídios, distritos citados. Dessa forma, chegamos a origem dos nomeados entre os anos de 1753 e 1772, com as lacunas já citadas anteriormente. Realizamos ainda o desmembramento entre os três governos contemplados para melhor visualizarmos a naturalidade desses homens em cada um dos três governos.

Quadro 8 – Naturalidades dos ocupantes dos cargos (1753-1772)

Naturalidade	nº	%
Angola	96	37.0
América portuguesa	15	5.8
Reino	109	42.0
Ilegível	1	0.4
Índia	1	0.4
Não informa	37	14.2
Total	259	100,0

Fonte: AHA. Cartas patentes. a 1772. Acervo IHGB

Gráfico 1 - Naturalidades dos ocupantes dos cargos (1753-1772)



Fonte: AHA. Cartas patentes. 1753 a 1772. Acervo IHGB

A maior parte dos homens que ocuparam os postos militares entre 1753 e 1772 é formada por naturais do Reino, cerca de 42%. 37% são naturais de Angola, uma diferença apenas de 5% em relação aos reinóis. Somando os naturais de Angola e da América portuguesa, temos 43%, ou seja, 1% a mais do que para os naturais do Reino. Infelizmente, em 14% dos casos não se informou a

naturalidade do agraciado, prejudicando a precisão de nossa análise. O que podemos concluir é que metade dos homens agraciados que tiveram a naturalidade especificada eram oriundos do Reino e a outra metade, naturais de Angola ou da América portuguesa.

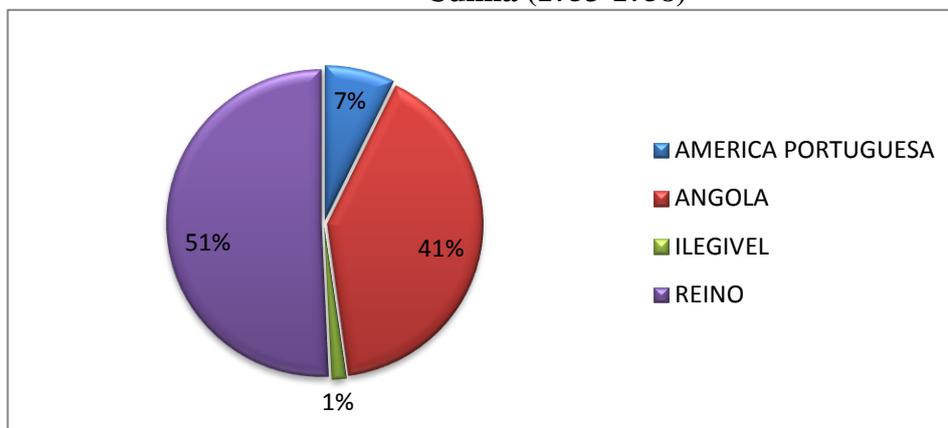
No governo de D. Antônio Álvares da Cunha, temos o seguinte quadro:

Quadro 9 – Naturalidades dos ocupantes dos cargos no Governo de D. Antônio Álvares da Cunha (1753-1758)

	Naturalidade dos ocupantes	nº	%
1	Angola	28	40.6
2	América portuguesa	5	7.3
3	Reino	35	50.7
4	Ilegível	1	1.4
	Total	69	100,0

Fonte: AHA. Cartas patentes, 1753 a 1758. Acervo IHGB

Gráfico 2 - Naturalidades dos ocupantes dos cargos no Governo de D. Antônio Álvares da Cunha (1753-1758)



Fonte: AHA. Cartas patentes, 1753 a 1758. Acervo IHGB

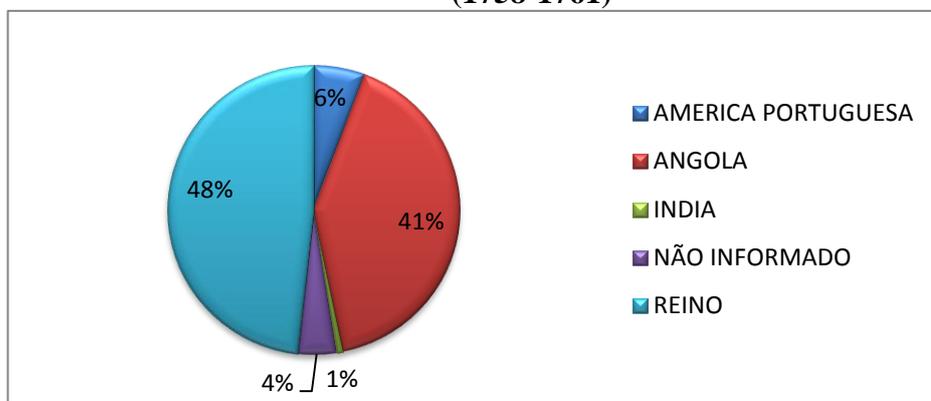
O governo de D. Antônio Álvares da Cunha segue a tendência geral de naturalidade dos agraciados. Cerca de 51% dos homens nomeados são naturais do Reino e 41% são naturais de Angola. Aqui há uma diferença de 10% entre os dois. A diferença entre os naturais do Reino com a soma dos naturais da América portuguesa e de Angola é de 3%, formando os naturais do Reino a maioria dos casos.

Quadro 10 – Naturalidades dos ocupantes dos cargos no Governo de Antônio de Vasconcelos (1758-1761)

	Naturalidade dos ocupantes	nº	%
1	Angola	58	41.1
2	América portuguesa	8	5.7
3	Reino	68	48.2
4	Índia	1	0.7
5	Não Informa	6	4.1
	Total	141	100

Fonte: AHA. Cartas patentes, 1758 a 1761. Acervo IHGB

Gráfico 3 - Naturalidades dos ocupantes dos cargos no Governo de Antônio de Vasconcelos (1758-1761)



Fonte: AHA. Cartas patentes. 1758 a 1761. Acervo IHGB

Até o ano de 1761, governo de Antônio de Vasconcelos, 48% dos homens eram naturais do Reino, e 41% naturais de Angola, ou seja, uma diferença de 7%. Somando os naturais de Angola, Índia e América portuguesa, são 48% dos casos, o que se iguala com os naturais do Reino. Para 4% das nomeações não há informação sobre a naturalidade.

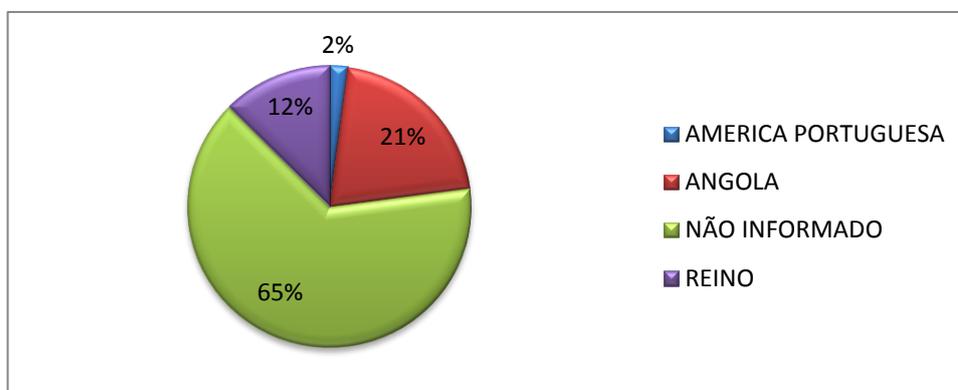
Para o último ano, governo de D. Francisco Inocêncio de Souza Coutinho (1772), o quadro é o seguinte:

Quadro 11 – Naturalidades dos ocupantes dos cargos no Governo de D. Francisco Inocêncio de Souza Coutinho (1772)

	Naturalidade dos ocupantes	Nº.	%
1	Angola	10	20.8
2	América portuguesa	1	2.0
3	Reino	6	12.6
4	Não informa	31	64.6
	Total	48	100,0

Fonte: AHA. Cartas patentes, 1772. Acervo IHGB

Gráfico 4 - Naturalidades dos ocupantes dos cargos no Governo de D. Francisco Inocêncio de Souza Coutinho (1772)



Fonte: AHA. Cartas patentes, 1772. Acervo IHGB

Apenas neste governo os naturais de Angola são a maior parte dos casos, cerca de 21%. Os naturais do Reino são 12% dos casos e os da América portuguesa, 2%. Infelizmente, para 65% não houve informação sobre a naturalidade, o que impossibilita uma conclusão precisa.

Relacionando a naturalidade dos nomeados com o local de exercício dos postos, há variações importantes:

Quadro 12 – Naturalidades dos ocupantes por local (Luanda e Angola) de exercício do cargo (1753-1772)

Naturalidade	Nº	%
Angola	15	21.1
América	6	8.4
Reino	37	52.1
Índia	1	1.4
Ilegível	1	1.4
Não informa	11	15.5
Total	71	100

Fonte: AHA. Cartas patentes. 1753 a 1772. Acervo IHGB

Dos homens que foram nomeados para exercerem cargos em Angola, a ou na cidade de Luanda, quase 53% são naturais do Reino, e cerca de 21% naturais de Angola. Quase 9% são naturais da América. Assim, é possível dizer que há uma preferência para naturais do Reino no exercício dos postos em Angola e na cidade de Luanda.

Já para os homens que foram nomeados para exercer postos na *hinterland* de Luanda, os percentuais são os seguintes:

Quadro 13
Naturalidades dos ocupantes por local (*hinterland*) de exercício do cargo (1753-1772)

Naturalidade	Nº	%
Angola	72	50.34965
América	3	2.097902
Reino	47	32.86713
Não informa	21	14.68531
Total	143	100

Fonte: AHA. Cartas patentes. 1753 a 1772. Acervo IHGB

Para o *hinterland* de Luanda, 50% dos homens são naturais de Angola; 32%, do Reino; e apenas 2 %, da América portuguesa. Assim, pode-se dizer no interior tem-se a tendência de os naturais de Angola exercerem os postos, ou seja, nesses locais são os africanos que mais ocupam cargos.

Em Benguela e seus distritos temos o seguinte quadro:

Quadro 14
Naturalidades dos ocupantes por local (*Benguela e distritos*) de exercício do cargo (1753-1772)

Naturalidade	Nº	%
Angola	10	22.2
América	5	11.1
Reino	25	55.5
Não informa	5	11.1
Total	45	100

Fonte: AHA. Cartas patentes, 1753 a 1772. Acervo IHGB

Mais de 50% dos homens que ocupam postos em Benguela são naturais do Reino; apenas 22%, naturais de Angola. Aqui, grande parte dos homens que ocupam postos não são homens da localidade.

É importante ressaltar que para todas essas análises sobre cargos e naturalidade não existem dados para soldados, principalmente para aqueles que lutavam na tropa da guerra preta. Assim, não há como sabermos a origem de grande parte dos militares de Angola, mas uma passagem no militar Elias Alexandre Corrêa da Silva Côrrea nos dá uma ideia da composição das tropas, apesar da carga negativa de como as descreve:

Quantas vezes entre as meditações do meu estado, exclamei, depois que a pratica me instruiu: Que estimação! Que Character! Que illuzão! Capitão entre hum punhado de

facinerosos enfermos, &c de negros sórdidos, &c indigentes! Taes são os indivíduos q formão a benemérita, &c honroza corporação militar¹²⁹.

Para nomear alguém no posto, o governador ou o Rei elencava argumentos para o suplicante ser digno de receber o posto. São inúmeros os argumentos, mas alguns estavam de acordo com o posto a ser exercitado. Dentre os argumentos que mais aparecem nas cartas patentes, os mais comuns são:

- Da necessidade de prover o posto
- Achar vago o posto
- O nomeado possuir as partes ou requisitos necessários para exercitar o posto
- Confiança
- Esperar que o nomeado cumpra tudo o que for encarregado no Real Serviço
- Por haver servido a Majestade
- Por convir ao serviço de sua Majestade
- Pela necessidade de criar o posto
- Respeito por quem fez representação
- Esperar do nomeado que continue com bom procedimento
- Capacidade e inteligência

Existem ainda argumentos que estão de acordo com o cargo a ser exercitado, como possuir experiência naval. Em todas as vezes que esse argumento apareceu a nomeação era para capitão de embarcação. As necessidades do governo também influenciavam nos argumentos e não só os atributos dos agraciados, tais como as desordens ocorridas em alguns locais, a vacância ou criação de um posto.

Existem também atributos destacados na carta que servem também como argumento a favor do agraciado. Em 11 cartas patentes, destacou-se como atributo a ida dos nomeados à Guerra da Rainha Jinga¹³⁰, que, de acordo com as cartas, ocorreu em 1744, a exemplo da carta patente abaixo:

Dom Antonio Álvares da Cunha &c Faço saber aos que esta minha carta Patente virem que por ser necessário prover-se o posto de Capitão e Cabo do Distrito do Icolo, que dista desta Cidade 12 léguas boas, para a boa conservação daquele Povo, e administração da justiça dele, que vagou por promoção de Manoel da Silva Vieira, que o exercia, ao de coronel da Ordenança da Vila de Massangano, em pessoa e satisfação, e merecimento que bem o haja de exercitar, em pertencer este provimento pelo Capítulo 9º do meu Regimento do teor seguinte a fl. E tendo respeito concorrem as referidas partes na pessoa de Mathias da Silva Vieira, natural desta Cidade, filho legítimo de José da Silva e de Dona Maria Vieira Bella, e haver servido a sua Majestade por espaço de muitos anos nos postos de Alferes dos moradores do dito Distrito, Capitão dos Bongues do Distrito do Bengo, e do referido de Icolo, e de Sargento mor dos moradores do Distrito do Golungo, e atualmente estar servindo de Regente do dito Distrito do Icolo por ausência do Capitão e Cabo dele, e no decurso do Referido tempo **no ano de 1744, sendo Alferes ser**

¹²⁹ CORRÊA, Elias Alexandre Corrêa da Silva. História de Angola. Lisboa: s. Ed., 1937. Vol 1, p. 14

¹³⁰ Rainha Ginga não alude apenas à personagem do século XVII. Trata-se também de um título político.

provido por Capitão de uma das Companhias do exercito que foi castigar a Rainha Ginga durante esta ação, de que era Comandante o Capitão Mor do Campo Bartolomeu Duarte de Siqueira e sendo nomeado com a sua Companhia para fazer conduzir as munições da Vila de Massangano para o Presídio de Ambaca em que se formou o exercito haver-se nesta diligencia com prontidão e no dito Presídio queimando-se a Casa Marice ser tão bem [ilegível] acudir este incêndio, e pela sua boa diligencia, mercês o bom sucesso de livrar os cavalos sem que houvesse prejuízo [fl. 55v] nenhum, havendo-se sempre em tudo [ilegível] merecimento e inteira satisfação de sua obrigação e por esperar dele que daqui em diante se haverá da mesma maneira em tudo o que for encarregado do Real Serviço e mui conforme a confiança que faço de sua pessoa. Hey por bem de o prover como por esta o faço no dito posto de Capitão e cabo do Distrito do Icolo enquanto eu houver por bem e sua Majestade não mandar o contrário, com o qual gozara de todas as honras, privilégios liberdades, isenções e franquezas que em razão do dito posto lhe tocarem [...]Dada nesta Cidade de São Paulo de Assunção aos dezessete duas do mês de Março. Manoel Henriques da Conceição a fez. Ano de Nascimeto de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e cinquenta e oito. O Secretario de Estado João José de Lima a fez escrever = D. Antonio Alvares da Cunha.¹³¹

Nesta carta, além de o nomeado já estar servindo a Majestade por muitos anos, alguns atributos são destacados, como ter sido Capitão de uma das companhias do exército que foi castigar a Rainha Jinga e por ter ajudado no incêndio da Casa Marice. Esses serviços fizeram com que o agraciado conseguisse mercês em forma de cargos.

Dos 259 registros apenas 62 mencionam o recebimento de soldo, ou seja, apenas 24% dos casos. Não há como determinar os cargos que recebem soldo, pois para um mesmo cargo existem registros com a menção de soldo, e para outros, não. No entanto, 97% dos registros mencionam que os nomeados terão honras e privilégios próprios do exercício do posto.

Entre os anos de 1753 a 1772, existem 35 cartas patentes régias. Dessas 35, 15 são cartas patentes de confirmação, ou seja, o agraciado já estava provido pelo governador e obtém a confirmação Real. Apenas uma das cartas foi emitida por D. João V, todas as outras foram emitidas por D. José I. Os cargos nomeados pelo Rei estão na tabela abaixo:

Quadro 15 – Cargos nomeados pelo Rei (1753-1772)

	Cargos	N	%
1	Ajudante	2	5.7
2	Capelão Mor	1	2.8
3	Capitão	11	31.4
4	Capitão- mor	11	31.4
5	Capitão Tendala mor	1	2.8
6	Coronel da ordenança	2	5.7
7	Governador	3	8.5
8	Sargento-mor	3	8.5
9	Tenente-coronel	1	2.8
	Total	35	100

Fonte: AHA. Cartas patentes. 1753 a 1772. Acervo IHGB

¹³¹ AHA. Códice 301 – C – 20 – 2 , fl. 55. Acervo IHGB.

Como o quadro 11 demonstra os cargos mais nomeados pelo rei eram os de capitão e capitão-mor. Juntos, somam mais de 50% das nomeações reais. É interessante também notar que há uma carta patente real para o cargo de Capitão *Tendala* Mor, cargo que faz parte da estrutura militar africana e foi incorporado pelos portugueses.

Por fim, por meio das cartas patentes é possível perceber a circulação dos indivíduos por diversos cargos, tanto pela especificação dos cargos pretéritos, tanto por encontrar mais de um registro para o mesmo indivíduo. Aproximadamente, 50 homens possuem mais de um registro de carta patente, indicando promoção nos postos, confirmação do rei ou a confirmação do mesmo posto pelo governador seguinte (vide anexo 2). Mais ainda, muitos dos que estão em Angola no serviço militar já possuíam militares na família. No anexo 3 estão listados os pais dos agraciados que possuem títulos militares, e, no anexo, os pais que possuem mais de um filho no serviço militar.

Por meio da análise dessas fontes é possível ter um pouco da dimensão da composição das tropas em Angola, dos cargos, quem os ocupa, dentre outros aspectos. Como já foi dito o período aqui em análise foi de muitas reformas, ou seja, um período que se buscava uma maior racionalização administrativa. Essas reformas repercutiram em Angola principalmente com as tentativas de territorialização e a militarização faz parte desse contexto. Os governadores em Angola tentaram implementar as reformas, mas a realidade africana não poderia deixar de ser considerada e nem a dos militares. Muitos já exerciam os postos militares antes das tentativas das reformas, ou seja, já estavam inseridos na realidade africana, o que sugere que as tentativas de territorialização esbarravam na heterogeneidade deste território. Assim, não devemos dizer que essa territorialização não deu certo¹³²; antes, precisou ser adaptada ao contexto africano e, mais do que isso, não contou apenas com agentes externos. A participação dos africanos foi muito importante nesse período para a manutenção dos governos em Angola.

¹³² SANTOS, op. cit. p. 261.

Conclusão

Ao longo deste trabalho analisei a questão militar e os militares no contexto das reformas pombalinas. Em Angola, havia a grande necessidade da territorialização para manter o controle da Coroa em suas possessões e os militares foram agentes importantes do projeto de territorialização, pois seriam os responsáveis para exercer, na prática, o domínio do território. Este projeto visava estabelecer um território contínuo em contraposição com as redes descontínuas próprias do Antigo Regime. A territorialização e a militarização esbarravam nos direitos costumeiros africanos e também nas forças tradicionais de Antigo Regime. Percebemos, assim, os limites do projeto reformista em Angola.

Contudo, não devemos pensar que a territorialização não deu certo. O que houve foi uma readaptação e apropriação de acordo com o contexto local. Não havia como ignorar as forças tradicionais de Antigo Regime existentes, propondo uma ruptura com as mesmas. Da mesma forma, não se pode ignorar a participação dos africanos, dada a heterogeneidade do “domínio” português.

A organização militar e as condições da carreira militar em Angola reafirmam a impossibilidade de operar o projeto de territorialização deixando de lado a realidade local. As formas de organização das tropas, a guerra preta, a presença de cargos da estrutura africana, a exemplo dos dembos, sovas, tendalas, quilambas, etc., nos mostram como a Coroa dependeu desses agentes para implementar seus projetos. Igualmente, os africanos souberam se apropriar dos códigos do Império português para conseguir privilégios. Para além do choque entre duas formas distintas de guerra e organização militar, houve distintas apropriações. A própria manutenção do tráfico de escravos dependia do controle territorial, dos militares e, logo, de negociação com os diversos agentes ali presentes.

Por meio dos relatos de Elias Alexandre Corrêa, pode-se notar a grande participação dos africanos nas tropas e a apropriação dos cargos africanos na estrutura militar portuguesa. Há, ainda, a apropriação dos modos de guerrear dos africanos. Não se pode deixar de lado a tentativa de formar militares dentro do padrão reformador por meio das aulas de geometria e fortificação. Prevaleceram, porém, aos menos no interior, as zagaias ...

Pelas cartas patentes dos governos de D. Antonio Álvares da Cunha, Antonio de Vasconcelos e de D. Francisco Inocêncio de Souza Coutinho, bem como as passados por D. José, algumas especificidades se evidenciaram. A principal diz respeito aos cargos, i. é, muitos foram criados de acordo com as necessidades locais. Do mesmo modo, alguns cargos da estrutura africana foram incorporados à estrutura militar portuguesa. Pela naturalidade dos nomeados, percebemos um

número representativo de africanos ocupando importantes cargos, o que confirma sua participação na estrutura militar portuguesa, sobretudo no interior de Luanda.

Enfim, podemos afirmar que a proposta reformadora pombalina deveria ser flexível à realidade local e estar sujeita a negociações. Se as sociedades africanas participaram da monarquia portuguesa, fizeram-no a partir de suas estruturas locais. Todavia, ainda há muito a ser pesquisado.

FONTES

1) Manuscritos

Arquivo Histórico de Angola

Códice 309-C-21-4 - Cartas e Patentes (1772)
Códice 301 – C – 20 – 2 - Cartas e Patentes (1753-1758)
Códice 308 – C-21-3 - Cartas e Patentes (1758-1764)

Arquivo Histórico Ultramarino

Coleção Conselho Ultramarino, Angola, Avulsos. Vários documentos

Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

Notícias do Presídio de Novo Redondo, 1797. DL 31, 9.

2) Impressas

CORRÊA , Elias Alexandre Corrêa da Silva. *História de Angola*, 2 vols., Lisboa, Coleção dos Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo, Série E – Império Africano, 1937.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1) Teses

FERREIRA, Roquinaldo Amaral. *Transforming Atlantic Slaving: Trade, Warfare and Territorial Control in Angola, 1650-1800*. A dissertation submitted in partial satisfaction of the requirements for the degree Doctor of Philosophy in History. University of California: Los Angeles, 2003.

RIBEIRO, Mônica da Silva. “*Se faz preciso misturar o agro com o doce*”: *A administração de Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e Centro Sul da América portuguesa (1748 - 1763)*. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense/Instituto de Ciências Humanas e Filosofia: Niterói, 2010, p. 51.

SANTOS, Catarina Madeira Santos. *Um governo "polido" para Angola. Reconfigurar dispositivos de domínio. (1750 - c.1800)*. Tese de Doutorado. Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: Lisboa, 2005.

WAGNER, Ana Paula. *População no Império Português: recenseamentos na África Oriental Portuguesa na segunda metade do século XVIII*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História: Curitiba, 2009.

2) Livros e artigos

- ALENCASTRO, Luiz Filipe. *O Trato de Viventes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BELOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765 - 1775)*. São Paulo: Alameda, 2ª edição, 2007.
- FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina (Política Econômica e Monarquia Ilustrada)*. 2ª edição. São Paulo: Editora Ática.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. Séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.), *O Antigo Regime nos Trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (séc.s XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2001, v.1.
- HESPANHA Hespânia, Antônio M. *O Corporativismo da segunda escolástica*, in: HESPANHA, A. M. (coord.), *História de Portugal Antigo Regime*. vol IV , Lisboa, Ed. Estampa, 1993.
- MATTOS, Hebe. “*Guerra Preta*”: culturas políticas e hierarquias sociais no mundo atlântico, in: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Na trama das Redes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *D. José: na sombra de Pombal*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.
- TAVARES, Ana Paula; SANTOS, Catarina Madeira Santos. *Africae Monumenta: a apropriação da escrita pelos Africanos: volume I – Arquivo Caculo Cacahenda*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2002.

SITES CONSULTADOS

www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces Acessado em 13 de junho de 2011 às 10:30h

Anexo 1

#	CARGO E SUAS VARIAÇÕES NAS CARTAS PATENTES
1	ALFERES
9	AJUDANTE
3	AJUDANTE DA ORDENANÇA
4	AJUDANTE DAS FORTIFICAÇÕES
5	AJUDANTE DAS OBRAS
6	AJUDANTE DAS ORDENS
7	AJUDANTE DO CAPITAO MOR
8	AJUDANTE DO NUMERO
10	AJUDANTE DO REGIMENTO PAGO DA PRAÇA DE LUANDA
11	AJUDANTE DO SARGENTO MOR
12	AJUDANTE DOS HOMENS FORASTEIROS
13	AJUDANTE DOS MORADORES
14	AJUDANTE SUPRA
15	CABO
16	CAPELAO
17	CAPELAO MOR
19	CAPITAO ARTILHARIA
20	CAPITAO DA COMPANHIA DE GRANADEIROS
21	CAPITAO DA COMPANHIA DOS MORADORES
22	CAPITAO DA CURVETA
23	CAPITAO DA FORTALEZA
24	CAPITAO DA GALERA
25	CAPITAO DA GUARDA DO GOVERNADOR
26	CAPITAO DA INFANTARIA
27	CAPITAO DA NOVA COMPANHIA DE CAVALOS
28	CAPITAO DA ORDENANÇA
29	CAPITAO DAS ARTILHARIAS
30	CAPITAO DAS COMPANHIAS DOS MORADORES
31	CAPITAO DAS MARCAS
32	CAPITAO DAS PASSAGENS
33	CAPITAO DAS SALINAS
34	CAPITAO DE ARTILHARIA
18	CAPITAO DE INFANTARIA
35	CAPITAO DE MAR E GUERRA ADNOREM
36	CAPITAO DE UMA COMPANHIAS
37	CAPITAO DO FORTE
38	CAPITAO DOS AUXILIARES
39	CAPITAO DOS BONGUES
40	CAPITAO DOS COMBOIOS

41	CAPITAO DOS HOMENS FORASTEIROS
42	CAPITAO DOS HOMENS PRETOS FORROS CALÇADOS
43	CAPITAO DOS MORADORES
44	CAPITAO E CABO
49	CAPITAO MOR
45	CAPITAO MOR DA FORTALEZA
46	CAPITAO MOR DA GUERRA PRETA
47	CAPITAO MOR DA ORDENANÇA E JUIZ DA POVOAÇÃO DE CONTINS
48	CAPITAO MOR DAS MARCAS
50	CAPITAO PARA A GALERA
51	CAPITAO TENDALA
52	CAPITAO TENDALA MOR
53	COMANDANTE
54	CORONEL DA ORDENANÇA
55	CORONEL DOS AUXILIARES
56	DEMBO E SENHORIO
57	GONLABOLE
58	GOVERNADOR E CAPITAO-GENERAL
59	SARGENTO DOS MORADORES
60	SARGENTO MOR
61	SARGENTO MOR DA ORDENANÇA
62	SARGENTO MOR DAS CONQUISTAS
63	SARGENTO MOR DE INFANTARIA
64	SARGENTO MOR DOS MORADORES
65	TENENTE CORONEL DA ORDENANÇA
66	TENENTE CORONEL DO REGIMENTO DE INFANTARIA
67	TENENTE DA COMPANHIA
68	TENENTE DA FORTALEZA
69	TENENTE DE UMA DAS COMPANHIAS DA CAVALARIA
70	TENENTE DO REGIMENTO PAGO
71	TENENTE GENERAL DAS CONQUISTAS
72	TENENTE GENERAL DO CAMPO

Anexo 2

Nº	AGRACIADO	CARGOS	DATA DA NOMEAÇÃO	NOMEADOR	CARGO DO NOMEADOR
1	AMARO GOMES CRUZ	CAPITAO DA FORTALEZA DE SANTO AMARO DA CIDADE DE LUANDA	06/03/1759	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR
		CAPITAO DA FORTALEZA DE SANTO AMARO DA CIDADE DE LUANDA	10/01/1761	JOSE I	REI
2	ANTONIO ALVARES SARDINHA	CAPITAO DAS MARCAS DO DISTRITO DO DANDE	23/01/1759	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR
		CAPITAO TENDALA DO PRESIDIO DE SÃO JOSE DE ENCOGE	23/08/1760	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR
3	ANTONIO CORREA BRITO E SÁ	AJUDANTE SUPRA DA ORDENANÇA DA CIDADE DE LUANDA	11/12/1755	ANTONIO ALVARES DA CUNHA, DOM	GOVERNADOR
		AJUDANTE SUPRA DA ORDENANÇA DA CIDADE DE LUANDA	25/11/1758	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR
		CAPITAO DA ORDENANÇA DO PRESIDIO DE BENGUELA	19/07/1759	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR
4	ANTONIO LUIS SOUZA E CASTRO	CAPITAO MOR DO PRESIDIO DE CAMBAMBE	14/09/1759	JOSE I	REI
		COMANDANTE DA FORTALEZA DE SÃO MIGUEL	28/07/1772	FRANCISCO INOCENCIO DE SOUZA COUTINHO, DOM	GOVERNADOR
5	ANTONIO MARINZ LISBOA	CAPITAO DAS PASSAGENS DO LIBOLO DO PRESIDIO DE CAMBAMBE	2/02/1756	ANTONIO ALVARES DA CUNHA, DOM	GOVERNADOR
		CAPITAO DAS PASSAGENS DO LIBOLO DO PRESIDIO DE CAMBAMBE	06/07/1759	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR
6	ANTONIO PAES FARIA	CORONEL DA ORDENANÇA DO PRESIDIO DE BENGUELA	10/06/1756	ANTONIO ALVARES DA CUNHA, DOM	GOVERNADOR
		CORONEL DA ORDENANÇA DO PRESIDIO DE BENGUELA	18/11/1758	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR
7	ANTONIO RODRIGUES ALGARVE	CAPITAO DOS MORADORES DO PRESIDIO DE BENGUELA	20/11/1757	ANTONIO ALVARES DA CUNHA, DOM	GOVERNADOR
		CAPITAO DE MORADORES DO DISTRITO DE AMBO DO PRESIDIO DE BENGUELA	20/12/1757	ANTONIO ALVARES DA CUNHA, DOM	GOVERNADOR
		CAPITAO DA FORTALEZA DE NOSSA SENHORA DAS NECESSIDADES DA PRAIA DA CASSENDAMA DA CIDADE DE LUANDA	[ILEGIVEL]/03/1759	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR
8	BENTO JOSE ALMEIDA LOBO	CAPITAO DA FORTALEZA DE SÃO PEDRO GONÇALVES DA MARINHA DA CIDADE DE LUANDA	14/08/1756	ANTONIO ALVARES DA CUNHA, DOM	GOVERNADOR
		CAPITAO DO FORTE DE SÃO PEDRO GONÇALVES DA MARINHA DA CIDADE DE LUANDA	27/11/1758	JOSE I	REI
9	BENTO PINHEIRO FALCÃO	CAPITAO DE INFANTARIA DA ORDENANÇA DE LUANDA	25/11/1754	ANTONIO ALVARES DA CUNHA, DOM	GOVERNADOR
		CAPITAO DE	09/12/1758	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR

		INFANTARIA DA ORDENANÇA DE LUANDA			
10	CAETANO CORREA SILVA	CAPITÃO DA ARTILHARIA DA VILA DE MASSANGANO	4/12/1755	ANTONIO ALVARES DA CUNHA, DOM	GOVERNADOR
		CAPITÃO DA ARTILHARIA DA VILA DE MASSANGANO	24/01/1759	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR
11	CAETANO MATIAS LEITAO	SARGENTO DOS MORADORES DA ILHA DE SÃO JOÃO DE CAZANGA	11/08/1756	ANTONIO ALVARES DA CUNHA, DOM	GOVERNADOR
		SARGENTO MOR DOS MORADORES DA ILHA DE SÃO JOAO DA CAZANGA	15/11/1758	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR
12	FRANCISCO ANTONIO RIBEIRO	SARGENTO MOR DA ORDENANÇA DA CIDADE DE LUANDA	6/12/1755	ANTONIO ALVARES DA CUNHA, DOM	GOVERNADOR
		SARGENTO MOR DA ORDENANÇA DA CIDADE DE LUANDA	29/11/1758	JOSE I	REI
13	JOAO BAINES	CAPITAO MOR DO DISTRITO DE GOLUNGO	14/10/1754	ANTONIO ALVARES DA CUNHA, DOM	GOVERNADOR
		CAPITAO E CABO DO DISTRITO DO ICOLO	21/11/1758	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR
14	JOAO COSTA PEREIRA	CAPITAO DOS MORADORES DO DISTRITO DO AMBO, JURISDIÇÃO DO PRESIDIO DE BENGUELA	13/08/1759	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR
		CAPITAO DOS AUXILIARES DO PRESIDIO DE BENGUELA	18/08/1758	ANTONIO ALVARES DA CUNHA, DOM	GOVERNADOR
15	JOAO GONÇALVES AZEVEDO	AJUDANTE DO NUMERO DO DISTRITO DE ICOLO	2/03/1757	ANTONIO ALVARES DA CUNHA, DOM	GOVERNADOR
		CAPITAO DAS MARCAS DO DISTRITO DO DANDE	25/11/1760	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR
16	JOAO MIGUEL DORNELAS VASCONCELOS	AJUDANTE DO NUMERO DO SARGENTO MOR DO REGIMENTO PAGO DA INFANTARIA DA PRAÇA DE LUANDA, DE QUE É CORONEL MANOEL MATOSO DE ANDRADE	09/02/1758	ANTONIO ALVARES DA CUNHA, DOM	GOVERNADOR
		CAPITAO MOR DO PRESIDIO DE BENGUELA	05/03/1759	JOSE I	REI
17	JOAO MONTEIRO MORAIS	AJUDANTE DAS ORDENS DO REINO DE ANGOLA	21/05/1757	JOSE I	REI
		TENENTE CORONEL DO REGIMENTO DE INFANTARIA PAGA DA CIDADE DE LUANDA DE QUE É CORONEL MANOEL MATOSO	[ILEGIVEL]	JOSE I	REI
18	JOAO PINTO SILVA	CAPITAO TENDALA DO PRESIDIO DE AMBACA	5/6/1756	ANTONIO ALVARES DA CUNHA, DOM	GOVERNADOR
		CAPITAO TENDALA DO PRESIDIO DE AMBACA	27/11/1758	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR
19	JOAQUIM JOSE SILVA	ALFERES DA COMPANHIA PAGA QUE GUARNECE O PRESIDIO DE MASSANGANO	7/04/1772	FRANCISCO INOCENCIO DE SOUZA COUTINHO, DOM	GOVERNADOR
		ALFERES DA COMPANHIA DE QUE É CAPITAO ANTONIO D'ORNELAS VASCONCELOS	1/08/1772	FRANCISCO INOCENCIO DE SOUZA COUTINHO, DOM	GOVERNADOR

20	JOSE ANTONIO MARQUES	CAPITAO DA CURVETA DE NOSSA SENHORA DA OLIVEIRA SANTOS REIS	17/10/1756	ANTONIO ALVARES DA CUNHA, DOM	GOVERNADOR
		CAPITAO DA CRUVETA NOSSA SENHORA DA OLIVEIRA E SANTOS REIS QUE NAVEGA PARA O BRASIL	[ILEGIVEL]/11/1758	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR
21	JOSE BERNARDINO CUNHA	AJUDANTE DO NUMERO DO CAPITÃO MOR DO DISTRITO DO DANDE	1755	ANTONIO ALVARES DA CUNHA, DOM	GOVERNADOR
		CAPITAO DOS HOMENS FRAUSTEIRO DO DISTRITO DO DANDE	03/04/1759	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR
22	JOSE CAETANO ARAUJO	CAPITAO DA FORTALEZA DE SÃO FELIPE DO PRESIDIO DE BENGUELA	14/05/1757	ANTONIO ALVARES DA CUNHA, DOM	GOVERNADOR
		TENENTE CORONEL DA ORDENANÇA DO PRESIDIO DE BENGUELA	[ILEGIVEL]1758	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR
23	JOSE CAETANO CARVALHO	CAPITAO DA FORTALEZA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE CASSENDAMA DA CIDADE DE LUANDA	03/01/1758	ANTONIO ALVARES DA CUNHA, DOM	GOVERNADOR
		TENENTE GENERAL DAS CONQUISTAS DO REINO DE ANGOLA	22/01/1759	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR
24	JOSE CARREIRA PIMENTEL	CAPITAO DA ARTILHARIA DO PRESIDIO DE CAMBAMBE	20/01/1759	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR
		CAPITAO DO FORTE DE NOSSA SENHORA DO ROSARIO DA CIDADE DE LUANDA	26/04/1759	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR
25	JOSE LEITAO FIGUEIREDO	CAPITAO DA GUARDA DO GOVERNADOR	18/08/1753	ANTONIO ALVARES DA CUNHA, DOM	GOVERNADOR
		CAPITAO DA NOVA COMPANHIA DE CAVALOS	[ILEGÍVEL]1757	JOSE I	REI
26	JOSE MATOS MOREIRA	CAPELAO DE TODOS OS MILITARES DA GUARNIÇÃO DA CIDADE DE LUANDA	7/08/1757	ANTONIO ALVARES DA CUNHA, DOM	GOVERNADOR
		CAPELAO MOR DE TODOS OS MILITARES DO REINO DE ANGOLA	11/09/1759	JOSE I	REI
27	JOSE RODRIGUES BAHIA	AJUDANTE DO NUMERO DO SARGENTO MOR DO REGIMENTO PAGO DA PRAÇA DE LUANDA DE QUE É CORONEL MANOEL MATOSO DE ANDRADE	13/03/1759	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR
		CAPITAO DA FORTALEZA PRINCIPAL DE SÃO MIGUEL DA CIDADE DE LUANDA	26/05/1759	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR
		CAPITAO MOR DO REGIMENTO DO DISTRITO DA QUANZA	28/09/1759	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR
		CORONEL DOS AUXILIARES DA VILA DE MASSANGANO	04/01/1760	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR
28	JOSE SANTOS	CAPITAO PARA A GALERA NOSSA SENHORA DO BOM[?] E SANTO ANTONIO	6/03/1756	ANTONIO ALVARES DA CUNHA, DOM	GOVERNADOR

		CAPITAO DA ARTILHARIA DO PRESIDIO DE CAMBAMBE	10/07/1759	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR
29	JOSE SANTOS TORRES	CAPITAO DE INFANTARIA DE CACONDA	15/01/1758	ANTONIO ALVARES DA CUNHA, DOM	GOVERNADOR
		CAPITAO DE INFANTARIA DO PRESIDIO DE CACONDA	SEM DIA/06/1759	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR
30	JOSE SOUZA	CAPITAO DE MORADORES DO DISTRITO DE GOLUNGO	12/02/1756	ANTONIO ALVARES DA CUNHA, DOM	GOVERNADOR
		CAPITAO DA COMPANHIA DE GRANADEIROS DA PRAÇA DA CIDADE DE SÃO PAULO DE ASSUNÇÃO (DE LUANDA) DO REINO DE ANGOLA	14/11/1757	JOSE I	REI
		CAPITAO DOS MORADORES DO DISTRITO DO GOLUNGO DISTANTE DESTA CIDADE 30 LEGUAS QUE SE COMPOE DE 50 SOLDADOS	19/01/1759	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR
		AJUDANTE DO NUMERO DO DISTRITO DE ICOLO	30/03/1759	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR
31	JOSE VIEIRA ARAUJO	CAPITAO DE INFANTARIA DO PRESIDIO DE CACONDA	14/08/1756	ANTONIO ALVARES DA CUNHA, DOM	GOVERNADOR
		CAPITAO DE ARTILHARIA DA CIDADE DE LUANDA INTERINAMENTE ENQUANTO SUA MAJESTADE NÃO FAZ COMO FOR SERVIDO QUE SE ACHA VAGO HÁ MAIS DE 4 ANOS	20/12/1757	ANTONIO ALVARES DA CUNHA, DOM	GOVERNADOR
		CAPITAO DE ARTILHARIA DA CIDADE DE LUANDA INTERINAMENTE	10/11/1758	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR
		CAPITAO DE ARTILHARIA QUE GUARNECE A PRAÇA DE LUANDA	09/01/1761	JOSE I	REI
32	JULIAO JOSE GOMES	CAPITAO DE UMA DAS COMPANHIAS DE AUXILIARES DO PRESIDIO DE BENGUELA	18/09/1760	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR
		CAPITAO DA ARTILHARIA DO PRESIDIO DE BENGUELA	10/01/1761	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR
33	MANOEL CORREA LEITAO	SARGENTO MOR DOS MORADORES DO DANDE	12/10/1756	ANTONIO ALVARES DA CUNHA, DOM	GOVERNADOR
		SARGENTO MOR DO DISTRITO DO DANDE	21/11/1758	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR
		SARGENTO MOR DO DISTRITO DO DANDE	20/08/1760	JOSE I	REI
34	MANOEL COSTA	CAPITAO DE INFANTARIA DO REGIMENTO DO DISTRITO DE QUANZA	14/03/1759	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR
		CAPITAO DE INFANTARIA DO REGIMENTO DO DISTRITO DA QUANZA POR SUA MAJESTADE	20/02/1761	JOSE I	REI

35	MANOEL DIAS SILVA	CAPITAO DAS MARCAS DO PRESIDIO DE CAMBAMBE	22/10/1757	ANTONIO ALVARES DA CUNHA, DOM	GOVERNADOR
		CAPITAO DAS MARCAS DO PRESIDIO DE CAMBAMBE	27/04/1759	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR
36	MANOEL FONSECA COUTINHO	TENENTE DA COMPANHIA PAGA QUE GUARNECE O PRESIDIO DE MASSANGANO	7/04/1772	FRANCISCO INOCENCIO DE SOUZA COUTINHO, DOM	GOVERNADOR
		CAPITAO MOR DO ICOLO	6/11/1772	FRANCISCO INOCENCIO DE SOUZA COUTINHO, DOM	GOVERNADOR
37	MANOEL GONÇALVES BARROS	CAPITAO DA GALERA NOSSA SENHORA DO PATROCINIO, SÃO JOSE E ALMAS	[ILEGÍVEL]1758	ANTONIO ALVARES DA CUNHA, DOM	GOVERNADOR
		CAPITAO DA GALERA NOSSA SENHORA DO PATROCINIO, SÃO JOSE E ALMAS QUE NAVEGA PARA O BRASIL	[ILEGIVEL]	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR
38	MANOEL JOSE LIMA	CAPITAO DA FORTALEZA DE NOSSA SENHORA DA GUIA DA CIDADE DE LUANDA	18/01/1756	ANTONIO ALVARES DA CUNHA, DOM	GOVERNADOR
		CAPITAO DA FORTALEZA DE NOSSA SENHORA DA GUIA	27/10/1758	JOSE I	REI
39	MANOEL RODRIGUES CRUZ	CAPITAO MOR DO REGIMENTO DO DISTRITO DA QUANZA	28/09/1759	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR
		CAPITAO DE INFANTARIA DO TERÇO DO DISTRITO DA QUANZA	28/09/1759	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR
		CAPITAO MOR DO TERÇO DO DISTRITO DA QUANZA	11/01/1760	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR
40	MANOEL SILVA GUIMARAES	SARGENTO MOR DAS CONQUISTAS DO REINO DE ANGOLA	SEM DATA	ANTONIO ALVARES DA CUNHA, DOM	GOVERNADOR
		SARGENTO MOR DAS CONQUISTAS DO REINO DE ANGOLA	09/12/1758	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR
41	MANOEL SILVA VIEIRA	CAPITÃO E CABO DO DISTRITO DO ICOLO	19/11/1755	ANTONIO ALVARES DA CUNHA, DOM	GOVERNADOR
		CORONEL DA ORDENANÇA DA VILA DE MASSANGANO	14/03/1758	ANTONIO ALVARES DA CUNHA, DOM	GOVERNADOR
		CORONEL DA ORDENANÇA DA VILA DE MASSANGANO	06/04/1758	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR
		CAPITAO MOR DO PRESIDIO DE AMBACA	02/06/1759	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR
		CORONEL DA ORDENANÇA DA VILA DE MASSANGANO POR SUA MAJESTADE	[ILEGIVEL]/1760	JOSE I	REI
42	MATIAS ARAUJO E FARIA	CAPITAO DOS HOMENS FRAUSTEIRO DA VILA DE MASSANGANO	20/02/1759	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR
		CAPITAO DE UMA DAS COMPANHIAS DO TERÇO DO DISTRITO DA QUANZA	16/04/1760	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR
43	MATIAS SILVA VIEIRA	CAPITAO E CABO DO DISTRITO DO ICOLO	17/03/1758	ANTONIO ALVARES DA CUNHA, DOM	GOVERNADOR
		CABO DA COMPANHIA DO DISTRITO DE GOLUNGO	14/11/1758	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR

44	NICOLAU NAZARETH	CAPITAO MOR TENDALA DO REINO DE ANGOLA	07/02/1758	ANTONIO ALVARES DA CUNHA, DOM	GOVERNADOR
		CAPITAO MOR TENDALA [DO REINO DE ANGOLA]	16/11/1758	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR
		CAPITAO TENDALA MOR DO REINO DE ANGOLA	08/01/1761	JOSE I	REI
45	PEDRO ALVARES SARDINHA	CAPITAO DOS MORADORES DO DISTRITO DO DANDE	23/01/1759	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR
		CAPITAO DOS MORADORES DO PRESIDIO DE SÃO JOSE DA PEDRA DE ENCOJE	21/02/1761	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR
46	SALVADOR SOARES FARIA	AJUDANTE DAS FORTIFICAÇÕES DESTA PRAÇA E APONTADOR DAS OBRAS REAIS DELA	23/12/1756	ANTONIO ALVARES DA CUNHA, DOM	GOVERNADOR
		CAPITAO DE INFANTARIA DE REGIMENTO DESTA PRAÇA	9/01/1761	JOSE I	REI
47	SIMAO RODRIGUES VIDIGAL	AJUDANTE DO SARGENTO MOR DO PRESIDIO DE BENGUELA	10/02/1755	ANTONIO ALVARES DA CUNHA, DOM	GOVERNADOR
		TENENTE CORONEL DA ORDENANÇA DO PRESIDIO DE BENGUELA	25/02/1758	ANTONIO ALVARES DA CUNHA, DOM	GOVERNADOR
		CAPITAO MOR DA GUERRA PRETA DO PRESIDIO DE BENGUELA	13/08/1759	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR
		SARGENTO MOR DAS CONQUISTAS DO PRESIDIO DE BENGUELA	[ILEGIVEL]/1759	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR
48	TOMAS SILVA BATISTA	CORONEL DA ORDENANÇA DA CIDADE DE LUANDA	10/05/1757	ANTONIO ALVARES DA CUNHA, DOM	GOVERNADOR
		CORONEL DA ORDENANÇA DA CIDADE DE SÃO PAULO DE ASSUNÇÃO[LUANDA]	25/11/1758	JOSE I	REI
50	TOME SILVA COUTINHO	CAPITAO DA FORTALEZA DE SÃO MIGUEL DA CIDADE DE LUANDA	29[?]/10/1757	ANTONIO ALVARES DA CUNHA, DOM	GOVERNADOR
		CAPITAO DA INFANTARIA DA ORDENANÇA DA CIDADE DE LUANDA	10/01/1759	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR
		TENENTE CORONEL DA ORDENANÇA DA CIDADE DE LUANDA	[ILEGIVEL]/07/1759	ANTONIO DE VASCONCELOS	GOVERNADOR

Fonte: AHA. Cartas patentes, 1753 a 1772. Acervo IHGB

Anexo 3

Nº	AGRACIADO	FILHO LEGITIMO	PAI	TÍTULO PAI
1	ANTONIO FONSECA SIMIAO		JOSE DA FONSECA SIMIAO	ALFERES
2	ANTONIO JOSE LIMA	SIM	JOAO COELHO E LIMA	CORONEL
3	ANTONIO MARINZ LISBOA	SIM	MANOEL MARINZ DE AGUIAR	CAPITAO
4	ANTONIO MOREIRA RANGEL		MATEUS MOREIRA RANGEL	CAPITAO
5	ANTONIO PAES FARIA	SIM	ANTONIO DE FARIA	CAPITAO
6	ANTONIO PEREIRA SIQUEIRA		ANTONIO PEREIRA	CAPITAO
7	ANTONIO PINHEIRO FALCAO	SIM	BERNARDINO PINHEIRO FALCAO	CAPITAO MOR
8	BENTO JOSE ALMEIDA LOBO		CAETANO DA SILVA PEREIRA	CAPITAO
9	BENTO PINHEIRO FALCÃO	SIM	BERNARDINO PINHEIRO FALCAO	CAPITAO
10	CAETANO MATIAS LEITAO	SIM	[ILEGIVEL] LEITAO	TENENTE GERAL
11	CAETANO MORAIS		MANOEL DE MORAIS	CAPITAO
12	DOMINGOS MARINZ	SIM	SEBASTIAO MARTINO	CAPITAO
13	DOMINGOS RODRIGUES FIALHO	SIM	ANTONIO RODRIGUES FIALHO	CAPITAO
14	FELIPE TEIXEIRA		ANTONIO TEIXEIRA	AJUDANTE
15	FELIX CATELA LEMOS	SIM	EUZEBIO CATELA DE LEMOS	DOCTOR FISICO MOR
16	FERNANDO MARTINS MATOS		JOAM MARTINS	AJUDANTE
17	FRANCISCO ALVARES SOUZA		JOAO DE ABREU DE MAUDO	CAPITAO
18	FRANCISCO RODRIGUES FIALHO	SIM	ANTONIO RODRIGUES FIALHO	CAPITAO
19	FRANCISCO XAVIER ANDRADE		MANOEL DE ANDRADE	AJUDANTE
20	FRANCISCO XAVIER MACEDO PEREIRA		SEBASTIAO DE MACEDO PEREIRA	CAPITAO
21	GONÇALO RODRIGUES AZEVEDO	SIM	TOME RODRIGUES DE AZEVEDO	ALFERES
22	JOAO BAINES	SIM	JOSE FERNANDES	AJUDANTE
23	JOAO DEUS SANTOS		JOSE DA SILVEIRA TIBAU	CAPITAO
24	JOAO MIGUEL DORNELAS VASCONCELOS		MANOEL DORNELAS VASCONCELOS	CAPITAO MOR
25	JOAO PINTO SILVA		MANOEL PINTO DA SILVA	SARGENTO
26	JOAO XAVIER PRO[ILEGIVEL] E SILVA		FRANCISCO DA PROENÇA E AS	CAPITAO DE MAR E GUERRA
27	JOAQUIM MARQUES PEREIRA		PEDRO MARQUES PEREIRA	CAPITAO
28	JOSE CAETANO ARAUJO E VIEIRA	SIM	MANOEL DE ARAUJO VIEIRA	ALFERES
29	JOSE CAETANO CARVALHO		ANTONIO GONÇALVES CARVALHO	CAPITAO MOR
30	JOSE CAETANO MIGUEL	SIM	MANOEL DE ARAUJO VIEIRA	ALFERES
31	JOSE SANTOS TORRES		ANDRE DOS SANTOS	CAPITAO
32	JULIAO MENDES FLORES		INACIO MENDES FLORES	TENENTE
33	MANOEL CORREA ALMEIDA		VERISSIMO CORREA DE ALMEIDA	CAPITAO MOR
34	MANOEL CORREA LEITAO		JOSE CORREA LEITAO	TENENTE GENERAL
35	MANOEL GRACIA MENDES	SIM	FERNANDO DA SILCA CORREA	CAPITAO
36	MANOEL JOSE LIMA	SIM	JOSE COELHO E LIMA	CORONEL
37	MANOEL SILVA VIEIRA	SIM	JOSE DA SILVA	CAPITAO
38	MARCOS PEREIRA BRAVO		SIMIAO PEREIRA BRAVO	CAPITAO MOR
39	MARTINHO TEIXEIRA MEDONÇA		JO[ILEGIVEL] TEIXEIRA DE MENDONÇA	TENENTE GENERAL
40	MATIAS SILVA VIEIRA	SIM	JOSE DA SILVA	CAPITAO
41	MIGUEL AFONSO SILVA ESPIRITO SANTO		SILVESTRE AFONSO DO ESPIRITO SANTO	DOM

42	NICOLAU NAZARETH		VITORIANO DE FARIA E MELO	SARGENTO MOR
43	PASCOAL FOITO GAYAO		FRANCISCO FOITO GAYAO	CAPITAO
44	PAULO SEBASTIAO FRANCISCO CHEQUE[?]		SEBASTIAO FRANCISCO	DOM
45	PEDRO GONÇALVES SOEIRO	SIM	DOMINGOS GONÇALVES SOEIRO	ALFERES
46	SEBASTIAO CARLOS SILVA	SIM	VENTURA SUDE[ILEGIVEL] PA[?]	CORONEL
47	SEBASTIAO MANOEL SILVESTRE		SEBASTIAO MANOEL SILVESTRE, DOM	DOM
48	SIMAO BATISTA GRACES		MANOEL BATISTA GRACES[?]	CAPITAO

Fonte: AHA. Cartas patentes, 1753 a 1772. Acervo IHGB

Anexo 4

Nº	PAI	TÍTULO PAI	AGRACIADO	NATURALIDADE	FILHO LEGÍTIMO
1	ANTONIO RODRIGUES FIALHO	CAPITAO	FRANCISCO RODRIGUES FIALHO	ANGOLA	
			DOMINGOS RODRIGUES FIALHO	ANGOLA	SIM
2	BERNARDINO PINHEIRO FALCAO	CAPITAO	BENTO PINHEIRO FALCÃO	ANGOLA	SIM
		CAPITAO MOR	ANTONIO PINHEIRO FALCAO	ANGOLA	SIM
3	DIOGO ALVARES SARDINHA	X	PEDRO ALVARES SARDINHA	ANGOLA	
		X	ANTONIO ALVARES SARDINHA	ANGOLA	
4	DOMINGOS MARINHO	X	SILVESTRE MARINHO MONÇÃO	REINO	SIM
		X	PEDRO MARINHO MONÇÃO	REINO	SIM
5	FRANCISCO GONÇALVES	X	MANOEL GONÇALVES BARROS	REINO	
		X	VENTURA GONÇALVES	ANGOLA	SIM
6	JOAO DE MATOS GUTIERRES	X	ANTONIO DIAS SILVA	REINO	SIM
		X	MANOEL DIAS SILVA	REINO	SIM
7	JOAO RIBEIRO	X	MANOEL SILVA GUIMARAES	REINO	SIM
		X	FRANCISCO SILVA GUIMARAES	REINO	SIM

Fonte: AHA. Cartas patentes, 1753 a 1772. Acervo IHGB.